

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

ATA Nº 045

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Senhoras e senhores, bom dia!

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública requerida pelos Deputados Eduardo Botelho e Zé Domingos Fraga com o objetivo de debater sobre as alterações a serem introduzidas na Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir.

Convido para compor a mesa o nosso Presidente de Honra da Associação Mato-Grossense dos Municípios, Deputado Ondanir Bortolini, popularmente conhecido como Deputado Nininho; o nosso colega Deputado Zeca Viana; o Deputado Valdir Barranco; o nosso Senador da República, autor da PLC que propõe alteração na Lei Kandir nº 288, Senador da República Wellington Fagundes; o Senador por Mato Grosso do nosso Partido, aí tem que falar, não é Senador? Senador José Medeiros; o Deputado Federal por Mato Grosso, Deputado Ságua Moraes de Souza; o Deputado Federal por Mato Grosso, Victório Galli; o Secretário-Chefe da Casa Civil, José Adolfo Vieira; o Secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Coelho de Oliveira; o nosso querido amigo, Procurador de Justiça do Ministério Público, Dr. Mauro Benedito Pouso Curvo, estava com saudades, Dr. Mauro, está sumido! Convidamos também o nosso querido amigo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto; o nosso amigo, Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Dr. Luiz Henrique Lima; o nosso amigo, irmão, companheiro, Presidente da AMM Mato-Grossense dos Municípios - Neurilan Fraga; o nosso amigo, Presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso - UCMMAT, Vereador Rafael Piovezan; convido o Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Glademir Aroldi, e por último, convido o Rafael Inácio Faria de Souza, Consultor de Orçamento do Senado.

Quero pedir escusas, porque várias outras personalidades deveriam estar à mesa, mas por falta de espaço, infelizmente... Gostaria que desculpassem a Casa, mas sintam-se totalmente convidados.

Composta a mesa de honra, convido a todos para que, em posição de respeito, possamos ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) - A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa sente-se honrada com a presença das seguintes autoridades:

Último Almeida, Secretário Adjunto da Receita Pública do Estado de Fazenda; Wilton Coelho Pereira, Secretário Municipal de Assistência Social, neste ato representando o Prefeito Municipal de Cuiabá, Emanuel Pinheiro; João Batista Vaz, Cebola, Prefeito de Nova Xavantina; Wagner Vicente da Silveira, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade; Rodrigo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Frantz, Secretário do Município de Santa Carmem; Edilson Pedro Spenthof, Assessor Parlamentar, neste ato representando o Prefeito Municipal de Água Boa; José Mauro Figueiredo, Prefeito de Arenópolis; Edivaldo dos Santos, Prefeito de Lambari D' Oeste; Moisés dos Santos, Prefeito de Juscimeira; José Aécio Michelão, Vice-Prefeito de Primavera do Leste; Adalto Sago, Prefeito Municipal de Apiacás; Sirineu Moleta, Prefeito de Tabaporã; Evandir Antônio Mendes, Prefeito de Colniza; Marinilde Dall Acqua, Prefeita Municipal em exercício de Matupá; Raimundo Nonato, Prefeito Municipal de Barra do Bugres; Getúlio Viana, Prefeito de Primavera do Leste; Jossimar Fernandes, Zema, Prefeito de Nortelândia; Ronaldo Floriano Santos, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos; Volnei Rodrigues, Prefeito de Gaúcha do Norte; Luiz Castelo, Prefeito de São José do Xingu; José Eupídio, Prefeito Municipal de Nova Olímpia; Marquinho do Dedé, Prefeito Municipal de Paranatinga; Silvano Pereira Neves, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte; Claudinei Singolano, Prefeito de Alto Garças; Rafael Machado, Prefeito do Município de Campo Novo do Parecis; Silvio José Moraes Filho, Prefeito de Araguaína; Inês Moraes Mesquita Coelho, Prefeita Municipal de Torixoró; Altir Peruzzo, Prefeito de Juína; Edu Pascoski, Prefeito de Itanhangá; Ronaldo Garcia, Vice-Prefeito de Rondolândia; Emerson Sabatine, Vice-Prefeito do Município de Itanhangá; Joel Ferreira, Prefeito de Bom Jesus do Araguaia; Abmael Borges da Silveira, Prefeito de Vila Rica; Agnaldo Rodrigues Carvalho, Prefeito de Rondolândia; Daniel Rosa, Prefeito de Porto Alegre do Norte; Joabe Almeida, Prefeito de Santo Afonso; Gerson Rosa de Moraes, Prefeito de Pontal do Araguaia; Uilson José da Silva, Prefeito de Nova Lacerda; Adão Soares Nogueira, Prefeito de Santo Antônio do Leverger; Eliane Lins da Silva, Prefeita de Denise; Antônio Augusto Jordão, Prefeito de Novo São Joaquim; Marilza Augusta, Prefeita de Nova Brasilândia; Cida Rézio, Vice-Prefeita e Secretária de Educação do Município de São José dos Quatro Marcos; José Arimateia Vieira Alves, Vice-Prefeito do Município de Santo Antônio do Leste; Rimer de Oliveira, Vice-Prefeito do Município de Nova Olímpia; Amauri Alves Carvalho, Procurador, neste ato representando o Prefeito de Tesouro, Antônio Leite Barbosa.

Neste momento, passo a palavra ao Presidente da Mesa, o Deputado Zé Domingos Fraga, e daqui a pouco farei novos agradecimentos.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Obrigado. Primeiramente, eu gostaria, não só em nome desta Casa, de agradecer a presença de todos, mas ao mesmo tempo, Senador Wellington Fagundes, de pedir desculpas pela ausência do nosso Presidente Eduardo Botelho, que está numa consulta médica. Mas, com certeza, ainda vai participar de parte desta Audiência Pública, até porque entende a importância dela por se tratar de um assunto, Senador Wellington Fagundes e Srs. Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos e Vereadores, que constantemente está sendo debatido nesta Casa.

Nós entendemos a importância da Lei Kandir que permitiu com que o Estado de Mato Grosso, em especial os nossos produtores de *commodities*, pudesse ser mais competitivo em virtude da distância que nos separa dos grandes centros consumidores, dos portos, especial dos mercados asiáticos, do mercado europeu, mas, infelizmente, em que pese a Lei Kandir ter dado essa competitividade aos produtores mato-grossenses, não estamos conseguindo que essa importância que a Lei Kandir tem para o Brasil, principalmente para o *superavit* da balança comercial, faça com que os municípios tenham esse ganho, que os municípios possam gerar emprego, até porque, por meio da exportação totalmente desonerada dos produtos das *commodities in natura*, não industrializada e semielaborados, nós estamos gerando emprego, distribuindo renda em outros países.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Em função disso, entendemos que é extremamente importante fazermos uma discussão profunda, até porque o STF exige uma regulamentação definitiva com relação à Lei Kandir. O momento é extremamente oportuno, pois o Senador Wellington Fagundes está lançando o PLC 288/2016 que fará com que, literalmente, os municípios brasileiros sejam compensados em 100% daquilo que, infelizmente, hoje são desonerados.

Eu quero, em nome desta Casa, não só dar boas-vindas a todos os representantes do Congresso Nacional, a todos os prefeitos e vereadores que fazem parte desta discussão, mas, acima de tudo, parabenizar o Senador Wellington Fagundes por essa iniciativa que, sem sombra de dúvida, será a redenção e o fortalecimento dos municípios brasileiros.

Portanto, ficam aqui os nossos parabéns ao mesmo tempo em que pedimos, mais uma vez, excusas pela ausência do nosso Presidente, mas, com certeza, até o final desta Audiência Pública o mesmo se fará presente.

Aproveito a oportunidade, Senador Wellington Fagundes, para passar a direção dos trabalhos a Vossa Excelência para que conduza este trabalho, até porque se trata de Audiência Pública da Comissão Especial do Congresso Nacional para discutir tão importante Projeto de Lei Complementar que é a compensação da Lei Kandir.

(O SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 09H34MIN.)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Bom dia!

Quero cumprimentar, em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, o Deputado Eduardo Botelho e, claro, toda a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e agradecer a oportunidade de fazermos esta Audiência Pública conjunta da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República e, portanto, o Senado da República.

Quero declarar aberta a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senador Federal que participa, em conjunto, desta Audiência Pública organizada pela Assembleia Legislativa para discutir alterações da Lei Kandir, atendendo ao nosso Requerimento que foi aprovado, também, pelos Senadores José Medeiros, Cidinho Santos e outros companheiros da Comissão.

Quero, também, em nome do Senador Tasso Jereissati, que é Presidente desta Comissão, agradecer a oportunidade de estarmos aqui, oficialmente, em nome da Comissão, que, como eu disse, foi aprovado pelo Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Está nos acompanhando, em nome da Comissão, a Talita Freitas, que representa o Secretário da Comissão, José Alexandre Girão.

Eu agradeço, em nome do Presidente do Senado, Senador Eunício de Oliveira, também, aos órgãos de comunicação daquela Casa, a Ângela Portela Brandão, que é Diretora de Comunicação do Senado; e a Renata de Paula, que é a Diretora da *TV Senado*.

Ainda, quero agradecer a Mara Favo, Chefe de Cerimonial da Assembleia Legislativa, com toda a composição, com todas as pessoas que estão aqui nos ajudando nesse Cerimonial; também, agradecer o Antônio Brown, da *TV Senado*, e a Mariana Campelo, também, representando a *TV Senado*.

Com isso, agradecemos todos os profissionais da comunicação, tanto do Senador, aliás, está sendo transmitido pela *Rádio Senado* e por todos os meios de comunicação do Senado da República bem como da Assembleia Legislativa, a *Rádio Assembleia*. Todos que estão nos assistindo pela da *internet* poderão participar mandando suas perguntas, suas posições.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Acaba de chegar o Deputado Pedro Satélite que, também, está convidado para compor a mesa.

Como todos da mesa já foram nominados até para não ser repetitivo, eu cumprimento todos em nome do Prefeito Neurilan Fraga e, também, da Prefeita Rosana Martinelli cumprimento todos os prefeitos que estão aqui. Todos terão a oportunidade de falar.

Então, para eu não ser repetitivo todos que estão na mesa sintam-se cumprimentados, inclusive, por terem sido convidados para este evento e para estar compondo a mesa.

Quero, inicialmente, abrir a palavra ao Prefeito Neurilan Fraga, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, porque a ideia desse projeto foi exatamente um trabalho, em conjunto, do Prefeito Neurilan Fraga com toda assessoria da Associação Mato-Grossense dos Municípios e o Deputado Zé Domingos Fraga, que, também participou, na verdade, da confecção desse projeto de lei de nossa iniciativa no Senado da República. Então, eu divido os méritos e quero aqui, principalmente, registrar esse trabalho da Associação Mato-Grossense dos Municípios.

Quero, ainda, registrar a presença do Superintendente da TV Assembleia, Wanderlei Oliveira; do Sr. Anderson Sartori; Sr. José Albert; Sr. Davi Fagundes, que não é meu parente direto, mas é indireto, Fagundes; Sr. Edilson Camargo Júnior; Sr. Magno Bosco e, ainda, a Mara Silva Porfílio Fava da Costa, que já registrei, Coordenadora do Cerimonial da Assembleia Legislativa.

Registrar, ainda, da minha equipe, a presença do Coordenador José Márcio, Jornalista Justina, Juvair, Wilerson, Fábio, Deise e, ainda, do meu gabinete que está acompanhando todo esse trabalho o Artur Atioco, Dr. Gilmar e Américo.

Quero convidar o Prefeito Neurilan Fraga para fazer uso da palavra.

Esclarecer, enquanto o Sr. Neurilan Fraga chega à tribuna, que todos que estão conosco que quiserem registrar, fazer alguma pergunta, pode sinalizar ao Cerimonial que fará a inscrição. Nós vamos tentar mesclar, também, com a plateia, ou seja, falar alguém da plateia e alguém da mesa.

Com isso daremos mais dinamismo ao nosso trabalho.

Com a palavra, o nosso Presidente da AMM, Sr. Neurilan Fraga.

O SR. NEURILAN FRAGA - Bom dia a todos!

Quase virei Senador... (RISOS)...

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - É só na próxima campanha, ele vai pedir os votos e se consagrar. (RISOS)

O SR. NEURILAN FRAGA - O que é difícil!

Eu quero quebrar o protocolo e convidar o meu amigo, companheiro, parceiro, Presidente da Associação dos Municípios do Estado de Rondônia, Sr. Jurandir, para ocupar o meu lugar aqui na mesa.

Peço uma salva de palmas dos Prefeitos ao Jurandir! (PALMAS)

Quero saudar os componentes da mesa - quebrando um pouco o protocolo, porque são muitas pessoas, muitas autoridades -, em nome do Senador Wellington Fagundes, que tem sido um grande parceiro nesse trabalho de promover a mudança na Lei Kandir no que se refere à compensação dos Estados e dos municípios exportadores na produção primária ou semielaborados.

Em seu nome, também, Senador Wellington Fagundes, quero saudar toda a Comissão Mista do Congresso Nacional que está aqui, nesta dada de hoje, realizando a primeira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Audiência Pública dentro da Primeira Marcha dos Prefeitos e Vereadores a Cuiabá e pela sua significância e pelo que representa ou representará uma compensação mais justa para o Estado e para os municípios de Mato Grosso.

Quero saudar o Senador José Medeiros, estendendo a saudação a toda Bancada Federal aqui presente; saudar o Secretário-Chefe da Casa Civil, José Adolfo, neste ato representando o Governo do Estado, e em seu nome saudar toda Equipe de Governo aqui da mesa e da plateia; saudar o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Antônio Joaquim; saudar o Procurador-Geral de Justiça, nosso parceiro, parceiro dos municípios, Dr. Mauro Curvo; saudar o meu companheiro, amigo e municipalista, já em nível de Brasil, o Aroldi, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; saudar esta Casa, a Assembleia Legislativa, liderando a mesa o Deputado Zé Domingos Fraga, em nome de quem saúdo os demais Deputados e também o Deputado Eduardo Botelho, Presidente desta Casa de Leis, que não pôde estar na abertura.

Quero ressaltar que a Assembleia Legislativa tem sido extremamente amiga e parceira dos municípios do Estado.

Saudar as demais autoridades, os Conselheiros e, de forma especial, os Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais e outras pessoas, a imprensa, de uma forma geral, que estão participando desta Audiência Pública.

Quero dizer aos Prefeitos e aos demais presentes que a discussão da Lei Kandir demonstra...

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Neurilan, interrompendo-o um pouquinho, eu gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Nilson Leitão, do Deputado Estadual Dilmir Dal Bosco e também da Deputada Estadual Janaina Riva.

Obrigado.

O SR. NEURILAN FRAGA - Obrigado! É que eu não vi na mesa e não estou com a lista de quem está na mesa.

Obrigado, Deputado Zé Domingos Fraga.

Vejam bem, destacar que esse trabalho, essa discussão da Lei Kandir, hoje, já numa primeira Audiência Pública começou em 2015.

Quando assumimos a AMM, os municípios, o Estado já estava em crise e percebemos que a única saída de colocar dinheiro novo nos caixas das prefeituras e do Governo do Estado seria buscar uma compensação na Lei Kandir.

O momento é de crise, uma crise que já vem perdurando há três, quatro anos e acirrou mais neste ano de 2017 e não tem outra forma de conseguir dinheiro novo, porque a economia está estagnada, chegou mesmo a ter uma redução, uma queda, fez com que as receitas, tanto federais como estaduais e municipais, caíssem e não tem como tirar mais dinheiro do que já está aí. E nós entendemos, desde 2015, que seria a única alternativa para poder fazer que tivesse um equilíbrio financeiro e orçamentário.

Por conta disso, nós fizemos um trabalho bastante difícil, praticamente, de formiguinha, toda semana no Congresso Nacional, conversando com as nossas lideranças da Bancada Federal.

Quero destacar os Economistas Maurício Munhoz e Vivaldo Lopes que me ajudaram na construção das ideias, e, mais precisamente, o Senador Wellington Fagundes, também sensibilizado com o fato, com a sua equipe elaboramos um Projeto de Lei, o 288/15, que está no Senado Federal, cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro, com Parecer positivo, em que pedimos que o Governo Federal faça uma compensação de 100% daquilo que deixamos de arrecadar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Os dados que temos levantado desde 2015 e 2016, das duas informações mais presentes, Mato Grosso deixa de arrecadar, Senador José Medeiros, cerca de 5 bilhões por ano por conta da desoneração, só o Estado de Mato Grosso, enquanto o Governo Federal faz uma compensação de apenas 400 milhões.

Isso, Vossa Excelência sabe, quantas e quantas vezes eu estive lá no Congresso Nacional, no Governo Federal, pedindo para que o Governo pagasse o FEX para que os municípios e o Estado, no final do ano, ajudassem a pagar as suas dívidas.

Nós deixamos de arrecadar em torno de 5 bilhões por ano e recebemos apenas 400 milhões e não é de forma obrigatória do Governo Federal. Evidentemente, quando falamos em mudança da Lei Kandir pode aparentar que nós queremos acabar com a Lei Kandir. Isso não é verdade, nós sabemos que a Lei Kandir é de extrema importância para o Brasil, porque promove o equilíbrio da balança comercial, gera o *superavit*.

Saiu, recentemente, que nesses primeiros três meses, quatro meses, teve um crescimento no equilíbrio da balança comercial por conta das exportações do agronegócio. Nós entendemos que é de extrema importância para a economia brasileira.

Nós entendemos, também, que a Lei Kandir é de extrema importância para o agronegócio brasileiro e, de forma especial, para Mato Grosso; consolida o agronegócio em Mato Grosso que, por si, também promove o desenvolvimento do nosso Estado.

Mas a compensação da Lei Kandir, por meio do FEX, é penosa para a população do Estado, é triste para os municípios do Estado de Mato Grosso, como também de outros Estados do Brasil, que estão aqui muito bem representados pelo Haroldo, da Confederação Nacional dos Municípios, nosso parceiro nessa bandeira, e também pelo Jurandir, Presidente da Associação dos Municípios do Estado de Rondônia, mas para Mato Grosso, de forma significativa, ela é penosa para a população, para os municípios e para o caixa do Estado.

Todos nós sabemos que a base da produção do Estado, a produção de riquezas, a produção de tributos de receitas vem do agronegócio.

O setor comercial contribui, mas ainda é pequeno; o setor industrial contribui, mas ainda é pequeno; o setor de serviço contribui, mas ainda é pequeno, o grosso da contribuição da riqueza produzida no Estado de Mato Grosso vem do agronegócio.

Como o Governo Federal, Senador Wellington Fagundes, Deputado Nilson Leitão, intervém numa receita, que é o ICMS? O ICMS é estadual, não é IPI, não é Imposto de Renda, que é uma receita do Governo Federal. Ele é uma receita do Governo do Estado e dos municípios.

O Governo Federal faz uma intervenção, desonera toda a produção exportada, e em Mato Grosso quase 70% da produção que vêm do agronegócio, é exportada, e não faz uma compensação que pelo menos pareça com aquilo que deixamos de arrecadar. Então, isso termina provocando um desequilíbrio financeiro nas contas das Prefeituras, nas contas do Governo do Estado.

Hoje Mato Grosso vive uma crise financeira impropriedade na saúde, a imprensa e toda comunidade de Mato Grosso têm presenciado isso, por conta de um *deficit* em torno de 500 milhões de reais e nós deixamos de arrecadar 5 bilhões de reais por ano. É injusta a forma como é feita essa compensação por conta do Governo Federal.

Não estamos defendendo esse projeto que encaminhamos ao Congresso Nacional, e aqui quero falar à Comissão Mista do Congresso Nacional que não estamos defendendo a taxaço do agronegócio, não estamos defendendo qualquer outra situação, a não ser a compensação daquilo que deixamos de arrecadar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Sabemos que o Brasil vive um momento difícil financeira e politicamente, sabemos que o Governo Federal não tem condições de fazer a compensação, já partir do ano que vem, de 100% daquilo que deixamos de arrecadar, conforme está o nosso projeto de lei no Senado Federal, mas queremos que essa compensação chegue a 100% nem que seja de forma gradual, todo ano um percentual a mais sendo repassado aos Estados e para os municípios exportadores da produção primária até chegar na reposição total daquilo que deixamos de arrecadar.

É a única maneira que acreditamos para melhor um pouco as finanças dos municípios e do Estado.

Dessa forma, quero falar à Comissão Mista e ao Senador Wellington Fagundes, que é o Relator da Comissão, ao Senador Medeiros, ao Senador Cidinho, a toda nossa Bancada Federal, que serão os responsáveis pela definição e aprovação de um projeto de lei que faça essa compensação, até porque o Congresso Nacional terá que definir a compensação até novembro deste ano por determinação do Supremo Tribunal Federal, que de fato pense e, baseado nas informações que estão sendo repassadas nesta audiência e em outras audiências que estão sendo feitas em outros Estados, definam um valor que de fato venha tirar os municípios do Brasil, venha tirar os governos dos Estados do Brasil dessa penúria, dessa situação que se encontra por conta da crise econômica, provocando ainda mais as desigualdades estaduais e regionais dentro dos Estados brasileiros.

Senador Wellington Fagundes, de forma especial, quero mais uma vez agradecer Vossa Excelência e também toda a Bancada Federal.

Lamento muito a ausência de alguns Deputados Federais. A maior contribuição que o Congresso Nacional, que a Bancada Federal de Mato Grosso, poderia dar ao Estado e aos municípios neste momento não são as emendas de 300, 400, 500, 800 mil para os municípios, mas aprovar essa nossa proposta, cuja compensação seja de 100%, porque para os municípios teria que ir em torno de 1 milhão e 300 milhões e nós estamos recebendo apenas 90, 100 milhões por ano.

Agradeço meus colegas prefeitos, agradeço todos aqui presentes nesta Audiência Pública.

Estamos acreditando muito que a Bancada Federal de Mato Grosso, que o Congresso Nacional faça essa compensação que temos direito e precisamos muito.

Bom dia a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Para dar o encaminhamento, para que vocês depois possam já se preparar, está inscrito da mesa o Sr. Antônio Joaquim, como Presidente do TCE; o Luiz Henrique Lima, Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Secretário de Estafo de Fazenda; Deputado Estadual Zeca Viana; Deputado Estadual Nininho; Deputado Estadual Dilmar Dal Bosco.

Da plateia ainda não chegou nenhuma inscrição.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, aproveito para registrar a presença da Prefeita de Chapada dos Guimaraes, Thelma Oliveira. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Quero rapidamente colocar aqui e historiar para os senhores do Projeto.

Esse Projeto 228, que foi fruto do trabalho conjunto com AMM, altera o art. 31 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regulamentar a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e municípios por conta da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Então, o projeto vem alterar, fazendo com que a União entregue anualmente os recursos aos Estados e municípios no montante e condições definidas no art. 1º: “caberá a cada Estado recursos em montante equivalente às perdas estimadas de sua receita decorrentes:

I) Da não incidência de imposto sobre operações que destinem ao exterior de produtos primários e industrializados semielaborados, conforme previsto no art. 32, I, e;

II) Do crédito do imposto anteriormente cobrado em operações que resultem na entrada de mercadoria no estabelecimento destinado ao ativo permanente, conforme disposto no *caput* do art. 20.”

Eu vou ler aqui também a justificativa:

“A Lei Kandir está completando 20 anos e com ela a desoneração de ICMS incidente sobre as exportações de bens primários e semielaborados. Já a compensação devida pela União aos Estados por conta da perda de receita advinda dessa desoneração permanece sem solução, mesmo depois de passadas duas décadas.

A alíquota de ICMS que incidia sobre as exportações antes da vigência da Lei Kandir era de 13%, conforme o art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 22/1989. Com a promulgação da citada lei, a alíquota foi reduzida a zero.

A situação atual da referida compensação é precária, seja da perspectiva legal, seja do ponto de vista financeiro. Nos últimos anos, estão sendo transferidos cerca de R\$ 3,9 bilhões, sendo 1,95 bilhão com base na Lei Kandir e R\$ 1,95 bilhão por meio de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações - FEX, em geral com fundamento em medidas provisórias editadas anualmente.”

Ou seja, cada ano, o Governo, para fazer isso, tem que editar uma medida provisória, que tem que tramitar na Comissão de Orçamento, ser aprovada na Comissão de Orçamento e no Congresso Nacional.

Ano passado, eu tive a oportunidade de ser o Relator da LDO. Portanto, esse é o primeiro ano que nós já temos no orçamento já aprovado o FEX.

Então isso facilita, mas também isso não é definitivo, por isso a importância de aprovarmos essa lei da regulamentação.

“Os 3,9 bilhões representam um pouco mais de 10% do total da perda anual da receita dos Estados com a desoneração das exportações e com os créditos concedidos na aquisição de bens destinados ao ativo permanente das empresas.

Outro problema é que os coeficientes de distribuição dos recursos entre os Estados estão congelados na Lei Kandir desde o início do século – século agora –, não refletindo mais a participação de cada unidade no total das vendas externas do Brasil. O ajuste da distribuição só é possível por conta da existência do auxílio financeiro, distribuído com base em coeficientes que, aí sim, refletem mais fielmente as perdas de cada Estado com a desoneração de ICMS. Ocorre que os Parlamentares enfrentam uma batalha anual para viabilizar o FEX, que não conta com uma base legal permanente, ao contrário do que ocorre com as transferências balizadas pela Lei Kandir.

Todos os Estados Federados, sem exceção, contabilizam prejuízos que afetam profundamente suas contas públicas com a baixa compensação imposta pela Lei Kandir. Os que têm as maiores perdas, além de Mato Grosso, são Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Rondônia, Maranhão, Tocantins e Amazonas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Mato Grosso é duplamente prejudicado, pois, além do baixo valor da compensação, problema esse que acomete as Unidades Federadas, o Estado sofre ainda por depender sobremaneira do auxílio financeiro, já que cerca de 20% desses recursos são destinados a ele.

Não somente os Estados, mas também os Municípios são profundamente prejudicados pela insuficiência da compensação, já que 25% dos recursos transferidos com base na Lei Kandir e por meio do auxílio financeiro são dirigidos a esses Entes Federados. Para a formulação de uma legislação definitiva para o FEX, temos trabalhado em conjunto com a Confederação Nacional dos Municípios, por intermédio do Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, que é membro do Conselho Político da Confederação Nacional dos Municípios e, é claro, com todos os Prefeitos.

Ao apresentarmos esse Projeto de Lei Complementar, propomos alterar a Lei Kandir para alcançar dois objetivos básicos. O primeiro e mais importante é que cada Estado seja compensado exatamente pela correspondente perda de receita causada pela desoneração das exportações e dos bens destinados ao ativo permanente. Com isso, todos os Estados e, por meio da partilha, também os Municípios receberão muito mais recursos do que recebem atualmente.

O segundo objetivo é unificar as duas transferências em apenas uma, devidamente amparada pela Lei Kandir, sem a insegurança jurídica atual do auxílio financeiro, transferência única que será distribuída entre os Estados na exata proporção das perdas incorridas por cada Unidade Federada como consequência da desoneração de ICMS introduzida pela Lei Kandir.”

Quero aqui também dizer que agora o STF, segundo o voto do Relator da ADIN, por omissão nº 25, que foi o Ministro Gilmar Mendes, e apreciado pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal... Eles fixaram prazo de 12 meses para o Congresso Nacional editar a Lei Complementar regulamentando os repasses do recurso da União para os Estados e Distrito Federal em decorrência da desoneração das exportações do Imposto de Circulação de Mercadoria. Então, o prazo definido é até o dia 30 de novembro.

Em caso, se o Congresso Nacional não fizer a sua parte, já está definido pelo Supremo Tribunal Federal que caberá ao Tribunal de Contas da União fazer os cálculos dessa compensação. Inclusive daí a importância da fala do Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, que, claro, como Presidente, faz parte do Conselho Nacional e será muito importante também a sua participação.

“A proposição legislativa já existe e está em tramitação no Senado. Trata-se do PLS nº 288 – e aí também em função dessa decisão do Supremo, nós montamos duas Comissões: uma na Câmara de Deputados e posteriormente também eu aprovei uma Comissão Mista do Congresso Nacional.

Qual é a diferença? É que a Comissão da Câmara dos Deputados, que inclusive já está instalada, já fez duas reuniões – o Deputado Nilson Leitão, depois, ao falar, poderá dizer alguma coisa aqui –, os Deputados Federais, os Senadores... Mas como essa Comissão é só da Câmara, ela tem que necessariamente passar, no mínimo, por duas Comissões Temáticas da Câmara, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, para ser aprovada no Plenário da Câmara, ir para o Senado e ter a mesma tramitação para que depois ela tenha a sanção.

Já a Comissão Mista do Senado, como ela já foi aprovada pelo Congresso Nacional, não tem que passar por nenhuma Comissão. É só a Comissão Mista. Então, acredito que ganharemos tempo, tanto é que já reunimos a Comissão da Câmara e do Senado. Então, para nós fazermos esse trabalho em conjunto. E esta semana agora nós nos reunimos com a equipe do Ministério da Fazenda e também com o Ministro Meireles.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

De que forma nós vamos dar uma tramitação mais rápida e como o Governo poderá atender essa compensação? É claro que, em aprovando do jeito que nós pretendemos, isso seria multiplicar em dez vezes o repasse do FEX. Mas é claro que vivemos um momento de dificuldade. Então, vamos ter que negociar talvez isso de forma escalonada e um dos aspectos que o Ministro colocou é a necessidade de acabarmos com a guerra fiscal no Brasil.

O Secretário de Fazenda poderá falar também um pouco porque ele faz parte do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, e é importante dizer, como reclamou o Sr. Neurilan Fraga, que a Lei Kandir não foi aprovada pelo CONFAZ, foi uma lei de cima para baixo realmente.

Então, a guerra fiscal... Temos um projeto de resolução nº 01, que está tramitando no Senado da República, é incumbência do Senado, e eu sou Relator, esse Projeto de Lei Complementar já está tramitando há muitos anos e isso vira uma política de governo. De repente, no ano passado, estava praticamente tudo acertado, o CONFAZ já tinha definido a aprovação, inclusive, o Estado de São Paulo, que é o Estado que mais coloca dificuldade, tinha concordado, mas de última hora mudou a política, e a equipe econômica muda, então, não se aprova. Conversamos esta semana e a atual equipe econômica colocou isso novamente como prioridade.

Agora, aprovar isso redundava novamente em trabalhar todos os Secretários de Fazenda, o Conselho, para que consigamos a unanimidade no CONFAZ. Então, o Secretário poderá colocar isso ainda e penso que não será fácil, de uma hora para outra, nós aprovarmos e acabarmos com a guerra fiscal. Ou seja, seria unificar as alíquotas do ICMS no Brasil inteiro. Por que isso? É claro que um Estado como Mato Grosso, para atrair uma empresa, para fazer investimento, se ele não fizer a desoneração, se ele não fizer a isenção, se ele não provocar, Goiás vai e faz. E aí é realmente a guerra fiscal acontecendo. Mas, eu acho que o Secretário poderá falar isso de uma melhor forma, inclusive, porque ele faz parte e está presente sempre no Conselho.

Então, a nossa posição é trabalhar em conjunto. Daí a necessidade realmente de buscarmos todos os segmentos políticos do Estado, todos os Partidos do Brasil, todos os Governadores, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União e até o próprio Supremo Tribunal Federal para que encontremos um caminho, que não seja o da disputa! E, sim, um caminho em que seja possível o Governo Federal fazer a transferência e atender melhor aquilo que é direito dos Estados exportadores desses produtos primários ou semielaborados, como é o caso de Mato Grosso, que estamos ajudando o Brasil.

E repito o que disse o Sr. Neurilan Fraga: “Não é o nosso objetivo acabar com a Lei Kandir.” Nós queremos, entendemos que a Lei Kandir é um instrumento que o Brasil tem para estimular as exportações. Não se exporta imposto, se exporta produtos. E Mato Grosso, sem dúvida nenhuma, é um Estado que fez, digamos, o dever de casa, os produtores investiram em tecnologia. Se nós temos essa alta produção é porque também temos uma alta produtividade, fruto de pesquisa, fruto de investimento, de tecnologia, de equipamentos modernos, enfim, de tudo aquilo que o Brasil... E Mato Grosso está fazendo a sua parte.

Vejo aqui a Thelma, e me lembro muito bem que Dante de Oliveira ao aceitar a proposta dos produtores... Mato Grosso naquela época não produzia nada de algodão, e só com o programa de incentivo à produção de algodão... Eu me lembro bem que eu discutia com o Governador e os produtores diziam isso: “Mato Grosso não recebe nada de imposto de algodão, vamos começar a produzir, isentando parte para que possa, a partir de um momento receber”. E Mato Grosso, em apenas três anos, que não produzia nada, passou a produzir 54% da produção nacional de algodão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Então, é uma demonstração que é necessária, agora infelizmente a guerra fiscal tem feito com que estados do interior, principalmente, tenham esse prejuízo para construir estradas, para construir escolas, para fazer os investimentos necessários. Eu sempre tenho dito em Brasília, um Estado de novecentos mil quilômetros quadrados, com a população pequena, mas que somos a solução do Brasil, porque tudo que Mato Grosso produz hoje, tudo o que o Brasil produz hoje, só Mato Grosso tem capacidade de produzir esses produtos agropecuários, sem nenhum problema de impacto ambiental.

Então, como o Presidente do Tribunal de Contas Antônio Joaquim tinha pedido, em função de outro compromisso, eu vou passar para o Presidente do Tribunal de Contas. Depois, está aqui o Consultor do Senado da República que vai falar, fazer também tecnicamente uma palestra bem curta e nós damos a continuidade aos nossos inscritos.

Com a palavra, o Presidente do Tribunal de Contas, Antônio Joaquim.

O SR. ANTÔNIO JOAQUIM - Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Wellington de forma bastante convicta, porque acho que é um debate extremamente importante neste momento sobre a questão da receita do Estado, portanto, Senador Wellington, que seja realmente um sucesso esta Audiência feita pelo Senado Federal do nosso Estado aqui na Assembleia Legislativa. Em nome do Deputado Zé Domingos Fraga, cumprimento todos os Deputados da mesa, todas as autoridades, cumprimento o Neurilan, como presidente, representando todos os prefeitos e o Rafael Piovezan, representando todos os vereadores do Estado de Mato Grosso.

Prometo que não vou usar nem cinco minutos da minha fala.

É muito importante enfrentar os problemas, isso é uma convicção que tenho desde quando me dei como uma pessoa adulta. É muito mais fácil enfrentar do que tentar fazer de conta que ele não existe.

Portanto, os Tribunais do Brasil mudaram bastante, e o de Mato Grosso está sendo um dos primeiros. Ao invés de ficarmos cuidando de balanços, de patrimônios, nós estamos cuidando daquilo que interessa verdadeiramente no cotidiano das pessoas, do que pode contribuir com a gestão pública.

Receita pública é um assunto fundamental que nunca os Tribunais do Brasil tinham auditado. Todos os Tribunais do Brasil ficaram todos esses anos focados no gasto público. E a partir deste ano - e Mato Grosso é um dos primeiros tribunais-, nós estamos fazendo uma auditoria na receita pública do Estado.

Está claro que o Estado tem hoje um *deficit* em torno de dois bilhões de reais, em torno disso. O Secretário de Fazenda vai falar, certamente usará isso com mais detalhe. E esse *deficit* precisa ser enfrentado agora na hora de debater o orçamento, colocá-lo, se for o caso, no orçamento, como o Governo Federal colocou o *deficit* de 140 bilhões no orçamento do Governo Federal. Só na saúde, fala-se em 500 milhões no Estado.

Portanto, essa auditoria de receita que nós estamos fazendo e não é só sobre exportações, também sobre os postos fiscais, sobre o sistema de governança da tecnologia de informação do software de garantia da receita e da fiscalização... E o levantamento que ensejou essa auditoria na receita pública identificou, claramente, fragilidades nos sistemas de fiscalização, principalmente das exportações do agronegócio no Estado. Claramente!

No sistema de controle de exportações pela Secretaria, existe uma possibilidade de ter algum tipo de problema de podermos conviver com exportações fictícias. Isso significa uma evasão fiscal que nós temos que enfrentar. Pode ser de um bilhão, pode ser de quinhentos milhões,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

mas há uma evasão com a possibilidade grande do levantamento que fizemos. Por isso que estamos atrás dos dados da exportação do Estado.

O Secretário e o Governo nos negaram isso, nós respeitamos. É uma interpretação que eles tiveram do sigilo fiscal, mas nós estamos no Tribunal de Justiça com recurso para que esses dados sejam oferecidos ao Tribunal para realizarmos essa auditoria e tirarmos as dúvidas, se há realmente alguma possibilidade de evasão.

E vejam bem, por isso cumprimento mais uma vez o Senador Wellington Fagundes. Vossa Excelência está discutindo aqui não sobre taxar os negócios do agronegócio em relação às exportações. O que se está discutindo aqui é que o Governo Federal aumente esse retorno. Nós estamos falando, em 2014, em torno de 5 bilhões que seria o imposto lá de trás, em 13%, para 400 milhões, 300 milhões que o Governo Federal devolve, ou seja, menos de 10%. Então, o que se está discutindo aqui é que isso chegue a 1 bilhão, a 1 bilhão e 200 milhões, para diminuir essa diferença tão grande de 5 bilhões para 400 milhões de reais.

Então, o Tribunal de Contas está aqui para dizer o seguinte: estamos participando disso! Estamos fazendo um trabalho no mundo real, naquele mundo que possa ajudar o gestor a executar as políticas públicas de forma adequada. É claro que se o Congresso, como colocou o Senador Wellington Fagundes, não resolver isso até o final do ano, quem resolverá é o Tribunal de Contas da União. E aí, certamente, vai nos acionar para darmos todo poio, todas as informações necessárias, com a Bancada Federal, com o Governo do Estado, para que o TCU resolva isso de forma efetiva.

Concluindo, Senador Wellington Fagundes, quero, novamente, reiterar os meus cumprimentos pela iniciativa tão real, tão necessária de tentarmos acabar com o *deficit* em torno de 2 bilhões de reais do Governo do Estado de Mato Grosso.

Bom dia a todos e um bom trabalho nesta Audiência Pública! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Bom dia!

Quero agradecer o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Antônio Joaquim.

Dizer, mais uma vez, que a nossa transmissão está ao vivo pela *TV Senado*, pela *TV Câmara*, pela *Rádio Assembleia* e *TV Assembleia*. Pela *TV Senado* pelo canal 52.2 e na *internet* pelo www.senado.gov.br. Youtube.com/tvsenado.

Quero agradecer a Chefe de Gabinete da AMM, Sr^a Andreia, que, também, está nos ajudando neste trabalho.

Passo a palavra ao Deputado Zé Domingos Fraga.

O SR. ZÉ DOMINGOS FRAGA – Sr. Presidente, acabou de chegar ao recinto e convido para fazer parte da mesa o Deputado Federal Valtenir Pereira.

Registramos a presença do Sr. Domingos Sávio Brandão, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia; e dos Prefeitos dos Municípios de Juara, Chapada dos Guimarães, General Carneiro, Luciara, Tapurah, Reserva do Cabaçal, Santa Rita do Trivelato, Comodoro e Nova Santa Helena.

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Convidamos o nosso companheiro Glademir Aroldi, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, para falar em nome da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. GLADEMIR AROLDI - Bom dia!

Quero cumprimentar o nosso Senador, amigo e companheiro do Movimento Municipalista Brasileiro, Wellington Fagundes; cumprimentar o Neurilan Fraga, Presidente da nossa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

AMM, e em seu nome saudar todas as autoridades já mencionadas, os nossos Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores; o Jurandir, que é um companheiro da AROM.

Quero muito rapidamente...

Aqui o Neurilan Fraga já falou bastante sobre a Lei Kandir; o Senador Wellington Fagundes já deu importantes esclarecimentos; ninguém tem dúvida de que a Lei Kandir é muito importante para a balança comercial brasileira. Disso ninguém tem dúvida! Agora não vale a União usar da Lei Kandir para tirar os recursos dos estados e dos municípios brasileiros. Nos últimos dez anos, a Confederação tem um levantamento, houve um prejuízo na ordem de 718 bilhões de reais. Para os municípios brasileiros um prejuízo de 179 bilhões de reais.

Eu olhei, rapidamente, com o Neurilan Fraga que no ano de 2015 os municípios de Mato Grosso deixaram de arrecadar por conta da Lei Kandir 1 bilhão e 434 milhões de reais. O Senador Wellington Fagundes e o Neurilan Fraga já falaram que a União compensa, apenas, 10% desse valor.

Então, quero aqui, rapidamente, dizer aos senhores e senhoras o seguinte...

(O SR. DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10H21MIN.)

O SR. GLADEMIR AROLDI -...que até por força da razão e do reconhecimento, o Presidente Neurilan Fraga tem sido um batalhador nesse sentido. Ele tem estado ao nosso lado em toda pauta municipalista brasileira, mas especialmente nesta questão da Lei Kandir o Neurilan Fraga tem sido o homem de frente não só da AMM, mas da Confederação Nacional de Municípios. (PALMAS)

O segundo ponto que quero destacar aqui é a força dos nossos Senadores de Mato Grosso.

Dizer ao Senador Wellington Fagundes que estamos por meio da Confederação, por meio da AMM, incondicionalmente, liderando, apoiando o PLS 288, de sua autoria. Vossa Excelência conte conosco em todos os sentidos!

E mais ainda, trago aqui, Senador Wellington Fagundes, o agradecimento do Presidente Paulo Roberto Ziulkosk pela sua atuação, pela atuação dos Senadores de Mato Grosso em defesa da pauta municipalista brasileira.

Essa é uma matéria muito importante. O Presidente do nosso Tribunal de Contas falava que o *deficit* do Estado de Mato Grosso é de 2 bilhões de reais por ano. Só o que Mato Grosso deixa de arrecadar é 5 bilhões de reais por ano. Vejam bem, cobriria o *deficit* e sobraria recursos para atender a área de segurança, da assistência social, da educação e da saúde.

Muito obrigado!

Vamos fazer com que o Projeto do Senador Wellington Fagundes passe no Congresso Nacional. Contamos com a força de cada prefeito e de cada vereador de Mato Grosso e do Brasil!

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Sr. Glademir Aroldi, pela fala.

Quero registrar a presença do Deputado Federal Ezequiel Fonseca e do nosso Senador Cidinho Santos.

Dando continuidade a nossa Audiência Pública, em virtude dos equipamentos do Rafael, ainda, não estarem conectados, convido o Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima para, em cinco minutos, falar sobre o Orçamento público.

O SR. LUIZ HENRIQUE LIMA - Bom dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Saúdo a Assembleia Legislativa por esta tão importante iniciativa nas pessoas do Deputado Zé Domingos Fraga e do Presidente Deputado Eduardo Botelho e estendendo a todos os parlamentares aqui presentes; saúdo o Senado na pessoa dos Senadores Wellington Fagundes, José Medeiros e Cidinho; a nossa Bancada Federal; o Procurador do Ministério Público; o Poder Executivo na pessoa do Secretário-Chefe da Casa Civil José Adolfo; os Srs. Neurilan Fraga e Rafael, representando Prefeitos e Vereadores.

Senhores, esta é uma discussão fundamental para Mato Grosso!

A Lei de Responsabilidade Fiscal no art. 14 diz o seguinte: “Não se pode conceder uma isenção fiscal sem que haja previsão de compensação de receita”.

Nenhum Prefeito aqui pode conceder uma isenção de ISS ou de IPTU sem que haja uma previsão de compensação de receita – esse é o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que fez a União? A União fez a isenção do ICMS dos produtos primários, destinados à exportação, mas não deu compensação nenhuma para Estados e municípios. Ah, não! Ela deu a compensação da Lei Kandir.

Vocês sabem quanto Mato Grosso recebe por ano de compensação da Lei Kandir? Vinte e dois milhões de reais! E nós exportamos, no ano passado, 13 bilhões de dólares.

Senhores, isso é um escândalo! Isso é uma espoliação!

A Emenda Constitucional nº 42 foi aprovada em 2003, há 14 anos, e ela previa a compensação a Estados e municípios. Em 14 anos ela não foi regulamentada. O Supremo decidiu, o Congresso Nacional está em mora, tem um ano para regulamentar o art. 91 das Disposições Constitucionais Transitórias. Já se passaram oito meses e o Congresso ainda não levou ao plenário do Senado, e depois ainda tem que passar pela Câmara.

Senhores, essa é uma discussão fundamental! Mato Grosso é o sustentáculo da balança comercial brasileira nos últimos anos. Nos últimos dez anos a economia de Mato Grosso tem crescido muito mais do que a economia brasileira. O desemprego em Mato Grosso é alto e nos incomoda, mas é muito menor do que o desemprego em escala nacional, o que significa menos gastos à União, proporcionalmente, em seguro desemprego e em programas de assistência social.

Mato Grosso tem dado uma contribuição extraordinária para os índices macroeconômicos brasileiros. O pouco de credibilidade que o País tem nas avaliações de risco internacional, em grande parte deve-se a Mato Grosso.

Então, nós não estamos aqui pedindo favores, pedindo auxílio, tendo que todos os anos ir a Brasília pedir uma medida provisória para vir algum “caraminguá” em nome de FEX, de auxílio. Nós estamos aqui pedindo justiça, pedindo equilíbrio nas relações federativas. (PALMAS)

Esse Projeto de Lei do Senador Wellington Fagundes tem que ser abraçado por todo Mato Grosso.

Eu tenho algumas sugestões de aprimoramento do Projeto que vão encaminhar ao gabinete do Senador, porque penso que deve ser feita uma menção expressa ao art. 91 das Disposições Constitucionais Transitórias; penso também que a avaliação não deve ser feita após o encerramento do exercício, mas antes do encerramento do exercício para que ela possa ingressar no orçamento do exercício seguinte e não dois anos apenas, após.

Então, esse Projeto pode ser aprimorado, mas eu tenho certeza que ele deve ser abraçado como uma causa prioritária e urgente de todos mato-grossenses e, mais, de todos os brasileiros, porque o que estamos aqui clamando é justiça. Os municípios precisam desses recursos; o Estado precisa desses recursos e o Brasil nos deve esses recursos.

Muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Professor Luiz Henrique.

Dando continuidade a nossa Audiência Pública, convido o Sr. Rafael Inácio de Farias que vai falar sobre Orçamento do Senado Federal.

O SR. RAFAEL INÁCIO DE FARIAS - Bom dia a todos!

É um prazer estar novamente em Mato Grosso!

O meu nome é Rafael. Sou servidor público do Senado Federal.

Quero agradecer o convite do Senador Wellington Fagundes para vir falar sobre o FEX e algumas questões técnicas; agradeço também a presença do Senador José Medeiros e de todas as autoridades por me darem 10 minutos do precioso tempo para falar as questões do FEX.

Bom, a pedido do Senador, é uma palestra muito rápida. Eu vou apresentar o histórico do FEX, como nasceu a Lei Kandir e como é que estamos hoje na questão da tramitação lá no Senado Federal.

Pode passar, por favor!

Como o Senador já colocou, a Lei Complementar nº 87 é a famosa Lei Kandir.

Qual é o grande problema da Lei Kandir para os cofres do Estado de Mato Grosso e dos municípios de Mato Grosso? É a desoneração do ICMS sobre a exportação dos produtos semielaborados e primários.

Como foi dito pelas pessoas que me antecederam, no momento da elaboração da Lei Kandir, em 96, o Brasil passava por uma situação de balança comercial deficitária. A nossa taxa de câmbio era uma taxa de câmbio de um real que comprava um dólar. Hoje, três reais e trinta centavos compra um dólar. Naquela época, um real comprava um dólar. Então, a competitividade dos nossos produtos era uma competitividade baixa.

A União, utilizando da possibilidade do que chamamos de isenção heterônoma, chegou à conclusão que era necessário essa desoneração do ICMS para garantir a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros. Mas naquela época a nossa taxa de câmbio era de um para um. Hoje a nossa taxa de câmbio está de três para um. Então, já se pode dar um afrouxamento nessa desoneração, já é um primeiro aspecto que deve ser considerado pró-restituição dos municípios e dos Estados.

O que aconteceu então com essa desoneração? Essa desoneração implicou uma significativa redução da base tributável dos Estados, dos entes subnacionais, e o Mato Grosso, por ser celeiro do Brasil, por ser um Estado que produz muitos produtos agrícolas, acabou pagando um custo. Mato Grosso tem um custo social por ele ser o grande celeiro. Por ter essa vantagem comparativa em relação a outros Estados, ele acaba produzindo muito. Só que o que Mato Grosso produz bem não é tributado, e aí os municípios e o Estado acabam ficando em situação complicada para fechar as suas contas.

Já dizia o economista Adam Smith: “Cada um tem que fazer o que sabe fazer melhor.” Mato Grosso está fazendo o que ele sabe fazer melhor, está plantando, está colhendo e está produzindo, só que esse tipo de produção não está gerando receita para o Estado para que o Estado possa aplicar em políticas públicas, saúde e etc.

O que acontece?

Essa lógica, naquela época, não considerou os incentivos econômicos que poderiam acontecer aos Estados exportadores.

Hoje o Estado que pode optar por produtos de mercado interno, opta por serviços, opta por indústria, procura sair da questão agrária.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Mato Grosso, ao contrário, ampliou a sua pauta agrária, porque é um Estado que tem essa vocação e não foge a essa vocação.

Vamos analisar mais à frente que é necessário que a União faça uma compensação para isso.

Para o ponto de vista do Fisco estadual não seria vantagem, por exemplo, investir em infraestrutura para exportação desses bens.

Quem pode acaba optando por não fazer isso. Não é o caso de Mato Grosso. Mato Grosso encara a sua vocação, mas ele precisa ter um ressarcimento desse custo social que ele está pagando para o Brasil.

Mato Grosso seguiu sua vocação e exportou no primeiro trimestre deste ano já 5 milhões de toneladas de soja.

Eu estou falando rápido para não perder a sequência - eu sei que tem muita gente importante para falar ainda.

Então, a questão das perdas, que já foi muito falada aqui, várias contas podem ser feitas sobre essas perdas.

Antigamente, na época da isenção, a percentagem do ICMS era de 13%, como foi dito mais cedo.

Nós podemos chegar...

Vamos supor que vamos negociar uma isenção meio a meio, metade para o Estado, metade para a União e mesmo assim Mato Grosso já estaria perdendo muito com o que ele recebe hoje de compensação do FEX. Mato Grosso ainda está, vamos dizer assim, sustentando a balança comercial brasileira.

Então, é óbvio que existe uma dificuldade de medir quanto Mato Grosso perdeu para trás - nesses vinte anos de Lei Kandir, quanto foi perdido para trás -, porque não temos como medir como seria a economia com outra estrutura de impostos.

O importante é dizermos que o Estado perde a arrecadação, que poderia estar sendo aplicada na melhoria de serviços públicos, que o que ele recebe hoje como compensação do FEX já não guarda nenhuma relação com o que o Estado produz de produtos agrícolas.

A produção de Mato Grosso tem crescido anualmente e a restituição do FEX continua fixa na dotação orçamentária. A dotação orçamentária continua fixa. É a única, se não uma das únicas dotações do orçamento da União, que não sofreu reajuste algum nesses vinte anos - vou mostrar a tabela mais para frente.

Existe outro problema que já foi citado por vocês.

Hoje o produtor exportador acaba não escolhendo o Estado por sua vocação de produzir, por sua vantagem comparativa em relação aos outros, vantagem econômica de exportar soja, de exportar algodão, ele acaba escolhendo o Estado pela engenharia tributária que acaba sendo feita dentro da guerra fiscal, por isso é importante que passemos a ter uma legislação permanente que fale do FEX e fale dessa compensação aos Estados produtores, para que deixemos de depender de uma medida provisória, porque isso também traz insegurança para os cofres do Estado de Mato Grosso, porque cada ano é uma guerra, cada ano ele tem que procurar a Bancada Federal para conseguir a aprovação dessa MP.

Não é necessário que eu faça muitas contas para mostrar que existe realmente um custo. Cada um pode defender um pouco mais ou um pouco menos, mas o que Mato Grosso deixa de arrecadar em ICMS está na casa dos bilhões de reais, e o que ele recebe do FEX está na casa dos milhões de reais. Então, não precisa ser economista, nem um grande matemático para saber que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Mato Grosso está fazendo a sua parte e a União agora precisa apresentar uma solução para o Estado e para outros Estados produtores.

Quando nasceu o FEX? O FEX nasceu em 2004, com auxílio financeiro direto da União aos Estados.

Como foi bem colocado pelos que me antecederam, ao contrário da Lei Kandir, que já está positivado na lei, o FEX depende de medida provisória, seu montante de distribuição não tem regras explícitas, ele é negociado anualmente.

No ano passado, por exemplo, foi uma luta para colocar na LDO a questão do FEX - o Senador Wellington Fagundes foi o Relator. Então, tanto o montante quanto o coeficiente são distintos da Lei Kandir na outra parte que foi citada aqui e a sua autorização depende de medida provisória anual, pois não é uma lei permanente.

O que isso impacta, a meu ver, de mais relevante? Como é uma medida provisória, ela também pode ser contingenciada, assim como qualquer outra despesa primária comum do nosso orçamento.

Então, vocês veem a quantidade de batalhas que devem ser travadas pela Bancada Federal de Mato Grosso em Brasília para conseguir garantir esse recurso. Primeiro tem que conseguir a dotação, depois tem que conseguir autorização financeira e não contingenciar esse recurso para que ele chegue agora finalmente nas mãos do Estado.

Então, o PLS 228, que já foi falado aqui, pode solucionar esse impasse. Também existem outros PSF de outros parlamentares, de outros Estados, também preocupados com a mesma questão.

Então, nós percebemos ali que em 2004 foram 900 milhões distribuídos por FEX.

Vamos perceber o valor em 2016 e vamos ver que desde 2012 esse valor não se altera, ao contrário de outras dotações que acompanham a variação da inflação, por exemplo. Só aí temos uma grande perda para o Estado.

Quero colocar aqui que na LDO do ano passado, que vige este ano, foi conseguido para o FEX a correção pela inflação, a definição de uma lei que conste permanentemente, e agora com a ADIn por omissão.

O que é uma ADIn por omissão? Quando a União deixa de legislar, o STF diz o seguinte: “União, faça seu dever. Se você não fizer, alguém vai fazer por você”.

É isso que o Senador colocou mais cedo, se a União não fizer, o TCU vai fazer os cálculos e vai positivar o recebimento desse auxílio.

Eu acredito que precisamos mudar o modo de enxergar esse ressarcimento. Não é um auxílio, é um ressarcimento que a União está fazendo para os Estados que abriam mão de receitas suas por uma ação da própria União. A União pode propor uma isenção heterônoma, mas ela deve, ao propor essa isenção, ressarcir ao menos em parte, e aí há uma discussão na arena política, ao menos em parte, as perdas desses Estados.

Aqui, nesta apresentação há um *link* que pode ser acessado para ver o quanto Mato Grosso e os outros Estados têm recebido.

Eu não quis fazer muitas contas, mas aqui eu apresentei os últimos cinco anos, quanto foi recuperado nesses últimos cinco anos.

Em 2016, como foram feitos dois pagamentos, com o pagamento que não foi realizado em 2013, então chegou uma recuperação apenas de 17% daquilo que não foi arrecadado devido a isenção do ICMS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

O que temos que colocar aqui é o seguinte: essa parcela depende do sucesso da Bancada no processo legislativo orçamentário. Ela carrega as características de uma transferência voluntária.

Vocês que são Prefeitos sabem o quanto é difícil lograr êxito num convênio, numa transferência voluntária.

O FEX até hoje continua nessa categoria. Então, o passo seguinte que está tentando agora é que ele passe de uma transferência voluntária para uma transferência obrigatória. Uma vez obrigatória, ele consegue escapar de certas mazelas que a transferência voluntária tem.

Hoje, existe uma baixa com relação à distribuição da compensação e a produção dos Estados. Quanto foi feito lá atrás, existia uma pauta de produtos; hoje essa pauta está muito diferente. Mato Grosso vem batendo recorde em cima de recorde na sua produção e isso acaba não sendo refletido também nos repasses que têm acontecido, ainda que pequenos em relação ao que se perde na arrecadação do ICMS, são repasses importantes para fechar a conta no final.

Aqui são os valores do FEX nos últimos dez, doze anos. Nós percebemos que desde 2006 o valor não é reajustado, o valor autorizado tem sido o mesmo a mais de dez anos no orçamento. E não é que você tem esse valor garantido todo ano. Você tem que lutar por uma aprovação de uma medida provisória. Então muda o Governo, a Bancada tem que ir lá, negociar, muito provavelmente desconcentrando de outras demandas que também seriam importantes caso o FEX já tivesse positivado na Lei.

Todo ano para conseguir esse valor é uma guerra no orçamento. E estou falando isso como uma pessoa que trabalha lá como técnico. Eu acompanhei ano passado mais de perto, e a Bancada Federal tem que negociar incansavelmente para conseguir esses valores. Nós percebemos que eles não se alteram nos últimos dez anos, só aí já é uma grande perda para quem recebe esse valor.

O seguinte, por favor!

Aquele ali é o código da ação orçamentária que representa o FEX, que é o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios para o fomento das exportações. O código é 0125. Quem quiser, depois, eu ensino a fazer a consulta e verificar quanto cada Estado, quanto cada Município recebeu.

Pode seguir.

Em grandes números do primeiro trimestre... No total, essa perda para todos os Estados, 537 bilhões. Porém mais importante do que olhar para o passado, é fazermos o que estamos fazendo aqui, nós estamos olhando para o futuro, regular esse repasse para Mato Grosso e para os outros Estados produtores.

Uma das poucas dotações que não são indexadas, uma das poucas dotações que você depende puro e simplesmente da boa vontade do Poder Executivo. Se a Bancada não souber negociar, graças a Deus ela tem sabido... Mas depende das vicissitudes, se o Brasil, se a crise se agravar, por exemplo, pode ser justificada uma diminuição do valor do FEX. Se conseguirmos a aprovação da PLS, isso não acontece mais.

Pode seguir, por favor!

Só para terminar, eu já me alonguei, eu quero falar sobre o custo social que o Estado de Mato Grosso paga para que todos tenham produtos agrícolas na sua mesa.

Os exportadores de outros Estados podem, acabam podendo mudar, tem como mudar de setor, eles vão para o mercado interno, vão para a indústria, vão para o serviço, vão para o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

comércio, mas Mato Grosso tem a sua vocação, é um Estado que pode plantar sem impacto ambiental como o Senador bem colocou.

Então, Mato Grosso acaba pagando esse custo para alimentar o País e o Governo Federal ainda não regulou, vamos dizer assim, uma compensação por esse custo que Mato Grosso acaba pagando. Se Mato Grosso pudesse, até mudaria a sua pauta, mas não pode pelas suas características, do que ele sabe fazer bem. Com isso o Estado acaba se prejudicando, porque não consegue arrecadar o suficiente para atender as necessidades da população daqui.

Então, o mais grave é justamente esse desincentivo à exportação que acontece com esse sistema tributário atual. Se nós não conseguirmos positivar essa lei para que seja uma lei permanente, lá, no futuro, eu me preocupo com isso, pois ninguém vai querer exportar produtos primários, pois os Estados não vão receber aquilo que é de direito. Todo mundo vai preferir fazer outro tipo de negócio para receber seus impostos.

Então, os valores recebidos por Mato Grosso do FEX até hoje giram em torno de 1,3 bilhão. Isso sem atualização, são valores correntes.

Se alguém quiser, depois, como não vamos ter muito tempo, eu posso falar em particular com cada um que tiver algum tipo de pergunta ou dúvida sobre isso.

É isso. Eu procurei ser o mais rápido possível. Agradeço imensamente o convite, sobretudo, o Senador Wellington Fagundes, Senador José Medeiros; agradeço também a Consultoria do Orçamento do Senado, que permitiu que eu viesse a Mato Grosso hoje, na pessoa da minha chefe, Ana Cláudia. Para mim é sempre um prazer poder falar tecnicamente sobre os assuntos pertinentes ao orçamento.

Agradeço. Se alguém precisar, estou à disposição. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Já estamos agora com o nosso Presidente Deputado Eduardo Botelho, mais uma vez, quero agradecer. Ele vai fazer uso da palavra na hora em que ele bem entender, porque é o Presidente.

Eu vou passar agora ao nosso Senador Cidinho Santos. Ele pediu aqui e já foi autorizado pelo Senador Medeiros para que faça um cumprimento, já que ele vai nos representar no Sindicato Rural na ACRIMAT.

O SR. CIDINHO SANTOS – Bom dia a todos.

Cumprimento o Presidente Deputado Eduardo Botelho; em nome dele, todos os Deputados Estaduais, Senadores Wellington Fagundes e José Medeiros.

Eu vou usar a palavra rapidamente. Estamos tendo um evento lá na ACRIMAT, com os pequenos produtores rurais, também com o segmento da cadeia produtiva da carne, com o Ministro Blairo Maggi. Então, eu estava lá, vim aqui e terei que voltar. Vou representando o Senador José Medeiros e o Senador Wellington Fagundes, e eles ficam tocando aqui com vocês. À tarde, nos encontramos na abertura do encontro de prefeitos.

É um prazer estar aqui, reencontrando os prefeitos, prefeitas, vereadores e vice-prefeitos, todos meus amigos. Quero dizer que a questão da Lei Kandir, do FEX, é uma luta de muitos anos. O Estado de Mato Grosso tem uma perda significativa e isso reflete diretamente nos municípios. E agora essa iniciativa do Presidente Neurilan Fraga, que começou com uma coisa pequena com o Senador Wellington Fagundes, nós fomos incorporando... Esse movimento tem crescido, não só em Mato Grosso, mas também em outros Estados que tem perda de arrecadação em função do FEX. E temos a oportunidade de nos mobilizarmos.

Vocês tiveram agora uma grande demonstração no Congresso Nacional de que quando nós, prefeitos, nos movimentos municipalistas, nos mobilizamos, nós conseguimos. Nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

conseguimos uma coisa que no Congresso Nacional é muito difícil, que é derrubar um Veto, não é, Senador Wellington Fagundes? E derrubamos o Veto da questão do ISS... (PALMAS)... E se nós estivermos unidos agora, com certeza, vamos levar esse Projeto de Lei do Senador Wellington Fagundes à frente. De repente, chega lá num momento crucial, se nós não conseguirmos que o Governo concretize, com certeza, virá uma contrapartida para que se torne melhor do que está hoje. Hoje, nós estamos perdendo praticamente tudo. Então, que percamos muito menos.

A iniciativa é válida, tem o meu apoio, do Senador José Medeiros, o apoio de toda a Bancada de Mato Grosso. Aqui estão os nossos Deputados Federais Nilson Leitão, Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, e o Deputado Federal Ezequiel Fonseca. Então, a questão é nos unirmos, termos paciência, nos mantermos firmes, porque “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”.

Um abraço e até à tarde! Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Há três inscritos que pediram prioridade. Agora temos o Senador José Medeiros, que da mesma forma terá uma fala rápida; o Deputado Federal Nilson Leitão e o Secretário de Estado de Fazenda, Sr. Gustavo Oliveira.

O SR. JOSÉ MEDEIROS - Em nome do Senador Wellington Fagundes e do nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Eduardo Botelho, cumprimento a todos da mesa.

Antes de entrar no assunto, sei que vocês receberam uma cartinha do pessoal da CUT, que eu achei de tremenda deselegância, até porque quando eles fazem os eventos deles nós não saímos bagunçando o coreto.

Mas, eu gostaria só de levantar uns pontos aqui, Senador Wellington Fagundes. Aqui está falando sobre a Reforma Trabalhista e no bilhete está dizendo que Vossa Excelência, o Cidinho e eu, vamos acabar com os direitos dos trabalhadores. Está dizendo que os trabalhadores agora vão passar a trabalhar doze horas por dia, que não terão mais férias de trinta dias e que só terão meia hora de almoço.

Esse tipo de coisa aqui... Eu não fujo do debate político, mas se tem uma coisa que me irrita e talvez a vocês... Com o Prefeito até me controlei, ele falou: “Senador, menos, fique mais calmo”. Mas isso aqui me tira do sério! Isso aqui me tira do sério, porque é pura mentira, isso aqui é pura mentira!

Estou vendo hoje os municípios precisando trazer mais indústrias, trazer mais empresas, e nossas empresas estão indo para o Paraguai, sabem por quê? Por causa dessa gente.

Então, me desculpem sair do tema, mas quero só dizer isso, vou votar nessa Reforma Trabalhista e estão me ameaçando aqui “se votar, não volta”. Não tem problema, mas estarei com a consciência limpa de que fizemos uma coisa boa para o Estado de Mato Grosso. As pessoas estão precisando de emprego. (PALMAS)... O maior direito que foi sacrificado foi o direito ao emprego, e isso nós estamos querendo votar, não vou votar com a bancada do desemprego, vou votar com a bancada do emprego, por uma legislação mais moderna... Nós não precisamos ter vaca sagrada, nós precisamos evoluir.

No mais, não vou me delongar sobre o assunto. Quero agradecer o Senador Wellington e parabenizar, eu falei aqui que ele marcou um gol do meio do campo, porque realmente é um assunto que aflige a todos a questão de sermos tão ricos e tão pobres ao mesmo tempo. Eu me lembro até daquele filme *O Auto da Compadecida* em que João Grilo dizia “estou rico, estou pobre”. Nós passamos por aí e só vemos aqueles campos lindos, mas ao mesmo tempo, quem está na gestão dos municípios, eu converso com os prefeitos e dá vontade de chorar junto. Eu sei, estou aqui à

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

frente de uma plateia seletíssima e o Senador Wellington foi realmente feliz em puxar esse debate, porque nós estamos lá, nossa bancada é pequenininha, nós ficamos o tempo inteiro tentando carrear recursos, sendo que nós já temos direito a ter esses recursos.

Mas o resto não vou falar sobre a lei. Vocês sabem muito mais do que eu sobre ela, porque são vocês que estão sofrendo. Então, quero também agradecer a presença de cada prefeito, o comprometimento, isso mostra que não é uma luta só da bancada. Isso está afligindo os municípios.

Então, quero agradecer, sei que o Senador Wellington Fagundes já fez, mas agradeço ao nosso Presidente Deputado Eduardo Botelho, aos Deputados Dilmar Dal Bosco, a todos que estão aqui.

Quero cumprimentar o Nilson Leitão; e o nosso Presidente da Associação dos Municípios, ele já é um Deputado, um Senador, gente. Lá em Brasília, ele atua fortemente, eu quero dizer que vocês têm um representante extraordinário... (PALMAS)... Não é peso pesado, é um peso pena, mas, olha, é um campeão. Deixo um abraço a todos, ao Secretário Adolfo; ao nosso Procurador Mauro Curvo, ao Secretário Gustavo, enfim, a todos; deixo um abraço ao meu amigo Vinícius, quero parabenizá-lo, está casadinho de novo.

Gente, um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Com a palavra, o Deputado Nilson Leitão, ele que também é membro da Comissão Mista do Congresso, em que estaremos apreciando esse trabalho.

O SR. NILSON LEITÃO - Bom dia a todos, a todas!

Cumprimento o nosso Presidente da Assembleia Legislativa; em seu nome todos os Deputados Estaduais; o nosso querido Senador Wellington Fagundes pela iniciativa; cumprimento toda a Bancada Federal, que se faz presente; em nome do Neurilan Fraga, mas, especialmente, em nome dos prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, vereadores e vereadoras, o nosso carinho, o nosso abraço; cumprimento o José Adolpho, em nome do Governador Pedro Taques, representando o Governo de Mato Grosso; o Ministério Público, Mauro Curvo, e todas as autoridades que se fazem presentes, o Tribunal de Contas.

Eu serei bem breve, Presidente Eduardo Botelho e Senador Wellington Fagundes. Como já foi bem explicado, essa legislação já deveria ter sido, por meio de Lei Complementar, regulamentada ainda em 2003, ainda em 2003.

A Lei Kandir foi necessária quando foi criada. Não adianta querer contestá-la, foi um grande gol que foi feito na época, uma época em que o Brasil não produzia, não tinha o setor agrícola como o seu carro-chefe. Precisava fomentar esse desenvolvimento, desonerando os impostos no setor, e a resposta está aí. Foi um acerto naquela época e fez com que hoje o setor produtivo brasileiro se tornasse o carro-chefe, demonstrando e ensinando aos nossos gestores que, quando se cobra menos impostos, se arrecada mais, porque gera mais emprego, mais renda. Não adianta engessar o Estado Brasileiro com impostos acima da média, como é no Brasil hoje.

Nós precisamos discutir a Reforma Tributária, discutir o Pacto Federativo. Isso que está... A distribuição do que se arrecada é que está errada. O dinheiro está concentrado em lugares errados, e essa é a grande diferença que tem que ser feita. Esse debate é que temos que reabrir com muita responsabilidade e fazer com que o pacto federativo, Senador Wellington Fagundes, seja debatido. Essa é a grande diferença.

Se, hoje, o Governo Federal tivesse que pagar o que deve da Lei Kandir, só Minas Gerais teria 70 bilhões de reais contando todos os anos; o Pará mais de 40 bilhões e Mato Grosso nem se fala. É muito dinheiro!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Este debate, obviamente, terá dois momentos: o momento que vamos colocar a faca na garganta da União querendo receber esse retroativo de todos esses últimos anos, esses 14 anos, o que, talvez, será uma luta inglória, porque é muito dinheiro; ou regulamentar daqui para frente, resolvendo de vez essa repactuação dentro dos estados que produzem e que exportam, porque essa Lei Kandir tem essas duas vertentes da desoneração e, depois, é claro do que tem que repor para os estados que acabam desonerando. Muitas coisas ficaram para trás como o caso dos 40% do Fundo de Garantia. Era para ter acabado a cobrança disso para o empresário, em 2007, mas até hoje permanece. Então, a repactuação de tudo isso, a modernização desse debate é imprescindível.

Tem uma legislação correndo no Senado Federal, outra na Câmara Federal e a composição dessa Comissão Mista que o Senador Wellington Fagundes acabou de falar. É importantíssimo que isso ocorra nos próximos 120 dias e o momento é este, apesar da fragilidade política que estamos vivendo em Brasília. É importante o Congresso Nacional não se misturar com os problemas que estão ocorrendo e se debruçar nas reformas que o Brasil precisa, porque é isso que vai melhorar o Brasil.

Só para os senhores terem uma ideia, Senador Wellington Fagundes, a diferença: o brasileiro paga, hoje, na cesta básica 30% menos do que pagava um ano atrás. Isso é o quê? Uma melhora, um avanço que o Brasil fez quando nos debruçamos nas reformas.

E quanto ao restante, Senador José Medeiros, não precisa se preocupar em explicar, debater o que é certo e o que é errado. Temos que fazer o que é melhor para o Brasil...(PALMAS)...o que é melhor para algumas corporações, para... Cada um tem a sua ideia. Ninguém é mais inteligente do que ninguém, mas vamos fazer o Brasil melhor do que ele era. Não podemos ter uma lei de 1940, ainda! Não podemos ter uma lei trabalhista de 1970! Não podemos, ainda, continuar debatendo a Reforma Previdenciária que é de antes da Constituição. Demorou 25 anos para ter a Reforma Previdenciária que temos hoje. É preciso modernizá-la. Alguns vão dizer que são contra, mas é necessário ter o Brasil moderno, mais leve, tendo condições de gerar emprego, de gerar renda.

Parabéns pelo evento!

Que Deus abençoe a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Agradecemos o Deputado Nilson Leitão.

Vamos passar, rapidamente, a palavra ao Deputado Federal Ezequiel Fonseca e já anuncio o Dr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira.

O SR. EZEQUIEL FONSECA - Bom dia a todos!

Eu, também, serei bastante breve.

Não poderia deixar de iniciar os meus cumprimentos, em nome do Senador Wellington Fagundes, em nome do Deputado Eduardo Botelho, e em nome do Neurilan Fraga cumprimentar toda a mesa composta de autoridades.

Parabenizar os prefeitos, prefeitas e vereadores, porque vi um grande número aqui hoje, até porque o assunto é muito importante.

Neurilan Fraga, não tenha dúvida de que esta Primeira Marcha, em Cuiabá, ficará marcada em Mato Grosso, porque a presença é bastante marcante e maciça e os assuntos são muito importantes.

Daqui a pouco, terei que sair daqui. Voltarei à ACRIMAT para tratar do cooperativismo, da agricultura familiar, que, no meu ponto de vista, também, é muito importante para o Estado de Mato Grosso e, principalmente, para os pequenos municípios. À tarde, dentro de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

toda essa programação, estaremos com a Caixa Econômica Federal com os prefeitos e prefeitas tratando do Programa “Minha Casa, Minha Vida” para todos os municípios de Mato Grosso, inclusive, para os menores que têm 50.000 mil habitantes e que era uma deficiência muito grande aqui, em Mato Grosso.

Assim, quero dizer que a Lei Kandir, ou seja, esse prejuízo que Mato Grosso está levando... Está aqui o nosso Secretário Gustavo que falará muito sobre isso. Ele tem números que, realmente, farão com que vocês possam despertar para isso.

É importante dizer que a Bancada de Mato Grosso, até porque Mato Grosso é o Estado que mais perde com isso – não é, Senador Wellington Fagundes? -, está participando das duas Comissões que estão no Congresso Nacional, sendo que de uma delas o nosso Senador Wellington Fagundes é o Relator.

Apenas, dizer isto para que saibam que estamos preocupados, que estamos cuidando dos municípios do Brasil, especificamente do Mato Grosso, porque temos o nosso Relator.

Os números são bastante grandes e o Secretário Gustavo os colocará aqui. O prejuízo é enorme. O Estado de Mato Grosso poderia estar em outra etapa, se não fossem os mais de 5 bilhões de prejuízo por ano.

Então, é uma luta para conseguir esse FEX. A Bancada do Mato Grosso luta todo ano. O Senador Wellington Fagundes tem um Projeto de Lei nº 288. Um projeto importante que na hora em que vocês verem, terem o conhecimento, ele resolve o nosso problema.

Então, quero pedir licença e me colocar, também, à disposição da Bancada para dizer que a luta que vamos travar é bastante grande, mas não podemos desanimar.

Muito obrigado! Um bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Eu agradeço o Deputado Federal Ezequiel Fonseca.

Anunciando, com a palavra o Secretário Gustavo. Se quiser fazer uso da tribuna ou daqui, da mesa, fique à vontade.

Com a palavra, o Sr. Secretário de Fazenda de Mato Grosso, Gustavo Pinto Coelho de Oliveira.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Bom dia a todos os presentes!

Cumprimento os nossos Senadores Wellington Fagundes, Cidinho Santos e José Medeiros que têm pela frente essa grande batalha para a própria viabilidade do Estado de Mato Grosso e de tantos estados exportadores brasileiros.

E em nome deles em cumprimento todos os componentes da mesa e em nome do Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Botelho, agradeço, mais uma vez, pela oportunidade de vir a esta Casa. Tem sido uma rotina desde que assumi a Secretaria de Fazenda debater temas importantíssimos para o nosso desenvolvimento e para o nosso futuro.

Dizer que tenho uma apresentação que está pronta, que iria pedir para colocar, uma apresentação que preparamos, especificamente, para esta Audiência Pública, Senador, mas não quero me alongar muito nos números. Então, vou me deter a algumas das apresentações.

Solicito à Assessoria que a apresentação esteja disponível para todos vocês, a partir de agora, no nosso *site* da Secretaria de Estado de Fazenda e, também, será enviada à Comissão do Senado.

Quero fazer, apenas, alguns comentários.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

O primeiro deles: quando a Lei Kandir foi criada a compensação oferecida aos estados e municípios era de 96% do valor desonerado. Vou repetir: 96% do que era desonerado para exportação era reposto aos cofres dos estados e dos municípios. O que aconteceu nos últimos 20 anos? Essa reposição cresceu pouco e as exportações dispararam. O que significa dizer que a Lei Kandir teve sucesso em um dos aspectos que foi trazer competitividade aos produtos primários e semielaborados brasileiros no mercado internacional. Só por isso ela já merece todos os nossos elogios, mas deixou um problema para traz e aí, Senador, tem 20 anos que esse problema vem crescendo ano a ano. Isso é um fato! Os estados e os municípios não foram compensados por isso, nem pelo aumento das exportações desses produtos primários e semielaborados e nem com uma política de desenvolvimento industrial local que substituísse essa arrecadação de exportações por outro tipo de arrecadação. O que eu quero dizer aqui? Antes fazíamos a conta de receber 13% dessa produção primária, vamos chamar assim ou semielaborada, mas que tem um baixíssimo valor agregado. Se o País tivesse avançado na pauta da industrialização, da competitividade, do desenvolvimento regional, nós poderíamos trocar esses 13% de algo com baixo valor agregado, talvez por 2% ou 3% de produtos com alto valor agregado e industrializados.

Para não ficar no exemplo de Mato Grosso, eu cito o caso de Minas Gerais que exporta milhões de reais em minério de ferro enquanto a pauta de importação do Brasil tem, entre outros itens automóveis sofisticados, trazidos do Japão, da Coréia do Sul e de outros países, que agregam valor a essa tonelada de mineiro de ferro, que vira ácido, que vira componente com alto desenvolvimento tecnológico, e acaba prejudicando a nossa balança comercial, porque tem que ir milhares de toneladas de mineiro de ferro para trazer um carro como valor agregado. Isso desequilibra a própria nossa balança. Por que isso acontece? Porque a indústria brasileira é muito pouco competitiva no cenário internacional.

Agregar valor no Brasil significa agregar impostos. Esse é outro problema, Senador, que precisamos resolver. Não adianta só resolvermos a compensação dos Estados e dos municípios.

Eu quero agradecer aqui, de público, primeiro o seu empenho como Relator do Orçamento Geral da União no ano passado. Vossa Excelência foi um gigante nas batalhas lá para garantir que os Estado, principalmente os Estado que dependem mais do Orçamento Geral da União, pudessem, minimamente, ter no orçamento alguma garantia, porque sabemos que devido à crise fiscal tem dificuldades para ser cumpridas. Mas, não fosse a sua sensibilidade à frente do tempo, naturalmente, estaríamos mais para trás, ainda, e não teríamos nem a previsão da compensação no orçamento da União. Mas fato é que estamos diante de um grande desafio fiscal.

Para o Estado de Mato Grosso, para resumir em números, nós teremos que durante todo esse mandato do Governador Pedro Taques, dentro do Poder Executivo, fazemos um esforço fiscal de 5 bilhões de reais. Isso, em parte, é aumento de receita; isso, em parte, é corte de despesa; isso, em parte, é congelamento de políticas públicas que deveriam estar avançando em um Estado em crescimento como o nosso.

Cinco bilhões de reais são apenas um ano de perdas do Estado de Mato Grosso com as exportações. Nós perdemos cerca de 6 bilhões de reais por ano - esse é o último cálculo atualizado que está aqui na apresentação... Eu pediria para avançar até... Tem todo um contexto histórico, mas o dado principal é do PIB.

Nós temos 52% do PIB de Mato Grosso focado no agronegócio e 86% das exportações do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Então, as exportações crescem; o PIB cresce mais, hoje um pouco mais de um terço do PIB é exportado.

Mas quando falamos de perda sobre o ICMS, nós vemos que Mato Grosso, em 2016, já tem quase cerca de 6 bilhões de reais de perdas com essas desonerações, uma parte grande delas com a exportação e outra com créditos que nós temos que suportar. Quando o exportador faz investimentos, ele tem direito aos créditos de ICMS dos ativos que ele comprou para esse investimento e o Estado tem que suportar esses créditos.

Então, estamos falando de um esforço fiscal de 5 bilhões de reais em quatro anos para fechar as contas do Governo e em um único ano nós perdemos quase 6 bilhões por perdas da Lei Kandir. Tem alguma coisa muito errada prejudicando muito o Estado de Mato Grosso e a sua população.

De maneira sucinta, Senador, temos que debater não só essa compensação, mas estratégias melhores de desenvolvimento para o Estado e para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nós aqui temos algumas dificuldades muito grandes para fornecer serviços de qualidade à população. A principal delas, grande parte da nossa economia tem pouca capacidade contributiva do ponto de vista tributário.

O agronegócio, nós vimos aí, tem um peso gigantesco na economia, e como exporta muito acaba tendo uma imunidade tributária importante, oriunda da Lei Kandir; Mato Grosso é, por exemplo, um grande produtor de energia, mas a energia é tributada no consumo, no Estado de destino, e como não avançamos na industrialização, temos pouco consumo de energia para tributar, é outro problema.

A tributação de combustíveis, quanto mais se cresce a eficiência logística menos nós conseguimos atingir. E outro tripé histórico da nossa tributação, que são as telecomunicações, no mundo inteiro o custo de telecomunicação está caindo, as pessoas pagam menos por telecomunicação, hoje tem o Wi-Fi gratuito em diversos pontos e tudo isso. E a nossa base de tributação, agronegócio, energia, combustível e telecomunicações, acaba sendo muito afetada.

Então, nós temos que discutir alternativas de desenvolvimento para trazer desenvolvimento econômico e ter mais coisa para tributar, porque, senão, sobram para os 3 milhões e 300 mil habitantes do Estado suportar a carga de tributação para fazer um Estado com mais de 900 mil quilômetros quadrados, como bem disse aqui o Senador Wellington Fagundes, fornecer serviços para a população.

Esse caminho é o que precisa ser trilhado para que em definitivo tenhamos sustentabilidade econômica no Estado.

Para finalizar, eu gostaria de comentar um pouco sobre a questão de fiscalização das exportações.

É óbvio que o Estado de Mato Grosso tem feito e aprimorado os seus esforços para fiscalizar melhor as declarações de exportações dos produtores aqui do Estado. Mas é um esforço que não se consegue fazer sozinho, porque as empresas que estão aqui presentes e exportando também estão em outros Estados: em Mato Grosso do Sul, em Goiás.

É preciso uma melhor articulação junto com a Receita Federal, junto com os Estados produtores, principalmente da nossa pauta de exportação, as *commodities* agrícolas, os alimentos, para que possamos fazer essa comprovação de exportação de forma efetiva e integrada. Senão, o Estado consegue comprovar a exportação de um volume, mas você não sabe efetivamente, em termos de Brasil, se aquela exportação que aquele CNPJ específico está declarando veio daquele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Estado ou de outro. São sistemas que precisam ser aprimorados. E aí é fundamental o trabalho da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União, nós precisamos dessa parceria e também com os outros Tribunais de Contas de outros Estados para fechar esses números.

Por último, guerra fiscal.

O que acontece hoje com o cenário da guerra fiscal dos Estados? Primeiro, as estimativas já mostram que o conjunto de perdas dos Estados já passou de 100 bilhões de reais com desonerações, guerra fiscal e, principalmente, com mecanismos que a União adota de desoneração tributária sem ouvir os Estados e municípios. Se nós temos cerca de 100 bilhões para os Estados, é razoável pensarmos que os municípios podem ter perdido ainda mais que esses 100 bilhões de reais.

Então, nós precisamos também, Senador, avançar na agenda de qual é o limite que a União tem, primeiro, para concentrar arrecadação, por meio de contribuições e outros mecanismos, que não divide com os Estados e municípios. Talvez, o FEX, a compensação por exportações, seja a mais importante delas no âmbito do Estado de Mato Grosso, mas outros Estados e outros municípios do País também vão ficar para trás se nós não discutirmos isso.

Ao longo dos últimos 20 anos a União concentrou muito a sua arrecadação lá no Governo Federal, isso torna a União um forte componente político de negociação e barganha com os Estados e com os municípios. E não por acaso os Governadores estão de pires na mão indo a Brasília para pedir socorro e os Prefeitos também estão fazendo o mesmo movimento, porque a concentração dos recursos está lá. E ainda um recurso que não é suficiente, nós sabemos. Para os próximos dois anos tem mais de 180 bilhões de reais previstos de resultado negativo da esfera federal.

Então, o que precisamos para acabar com a guerra fiscal? Depois de aprovada a medida, a legislação, que vai convalidar os incentivos hoje existentes, nós vamos precisar avançar na agenda, primeiro, de redução de alíquota interestadual.

Não é possível termos o fim da guerra fiscal, enquanto os Estados puderem fazer o empreendimento, arrecadar dois ou três e levar crédito de doze para outros Estados. Mato Grosso perde muito suportando créditos de outros Estados que nós temos certeza que esses contribuintes não pagam lá. Mas também nós estamos na guerra fiscal.

Fizemos uma Audiência Pública na semana retrasada, mostrando que todo ano temos que conceder quase 300 milhões de reais de novos incentivos e se não fizermos isso essas empresas vão embora para Goiás, para Mato Grosso do Sul, para o Nordeste e não ficam aqui no Estado.

Também desenvolver claramente estratégias de desenvolvimento regional.

Senador, nós temos mecanismos como o FCO, o FDCO, a aplicação deles hoje é pulverizada, é descolada de uma estratégia de desenvolvimento, o BNDES hoje é presidido por um mato-grossense de coração, Dr. Paulo Rabelo de Castro, um grande especializada em contas públicas, mas também em estratégias de desenvolvimento.

Penso que essa é a grande agenda para sairmos da guerra fiscal.

Termos mais base econômica aqui para arrecadação e desenvolvermos o Estado é fundamental discutir estratégias de desenvolvimento.

Para darmos um último dado, enquanto na Argentina, por exemplo, se industrializa mais de 80%, às vezes, 90% da produção bruta do País, aqui em Mato Grosso nós sofremos para chegar a quase 50%, porque, de novo, empreender aqui é agregar valor aqui, é agregar imposto, é agregar insegurança jurídica, é agregar complexidade e o investidor internacional passa longe de vir para o Brasil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Quem quer vir ao Brasil fazer compras, são os chineses, que hoje dominam a nossa pauta. Eles vêm aqui para comprar soja, minério de ferro e outras *commodities* a preços baixos e impedem com isso o nosso desenvolvimento.

Já passou da hora de o Brasil fazer o que o Ministro Blairo Maggi, por exemplo, tem feito muito no Ministério da Agricultura, um trabalho louvável, de levar a pauta de exportações brasileiras aos clientes mundiais, pauta com valor agregado, levar carne, alimentos elaborados e tanto outros da pasta específica do Ministério da Agricultura.

Nós precisamos fazer esse movimento, senão o resto da vida, vamos ficar esperando vir chinês aqui para comprar coisa barata e vender coisa cada vez mais cara para o País, prejudicando o nosso desenvolvimento e a nossa balança comercial.

Obrigado!

A apresentação está disponível do *site* da Secretaria de Fazenda e eu estou à disposição para que possamos comentar um pouco mais do tema aqui. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Na citação do Secretário, ele coloca o caso, por exemplo, de Minas Gerais, só que Minas Gerais é um grande exportador de minério de ferro semielaborado, mas tem indústrias muito fortes.

O Estado do Pará, por exemplo, exporta muito ferro - só exporta ferro -, e não tem indústria.

Por isso a nossa região, eu concordo com o Secretário, tem uma condição diferenciada, porque nós estamos no centro do Brasil, tem esse aspecto da logística, como estamos falando para todo Brasil, então as distâncias estão no centro da América do Sul, um Estado ainda em desenvolvimento, com 3,5 milhões de habitantes, ou seja, uma população ainda pequena para o tamanho do espaço e por isso necessitamos realmente de muito recurso para infraestrutura.

Sempre tenho dito que só a Região do Araguaia tem capacidade de produzir tudo o que produz Mato Grosso e Mato Grosso tem capacidade de produzir tudo o que produz o Brasil, mas sem uma logística eficiente é complicado. Então, o ideal...

A ferrovia está parada em Rondonópolis e nós precisamos que ela venha para Cuiabá, vá para o Nortão, encontre depois com a ferrovia Ferrogrão, que saia a Ferrogrão de Sinop até o Porto de Miritituba.

Esta semana tivemos certa complicação, porque votamos na semana passada a medida provisória que permitirá mais o desenvolvimento do Pará e a área ambiental já se posicionou.

O Presidente Michel Temer fez uma viagem para a Europa, para a Noruega, que já impôs ao Brasil restrições, e para ir ele teve que vetar.

Na Noruega, vocês podem observar hoje por satélite, os rios da Noruega não têm quase faixa nenhuma de proteção, mas disseram que cortarão os recursos para a preservação da Amazônia.

O que eles mandam para o Brasil não é suficiente nem para sustentar as próprias ONGs que estão aí no trabalho da defesa.

Não que sejamos contra. Nós entendemos que o desenvolvimento socioeconômico-ambiental é importante, a preservação ambiental, e hoje temos uma das legislações mais modernas do Brasil, e Mato Grosso também.

Mas como você vai preservar sem recurso? Normalmente, quando se coloca uma família numa área de assentamento e não lhe dá condições a possibilidade de depredação é muito maior.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Então, o Estado de Mato Grosso tem essa condição, mas eu vejo que esses instrumentos, como o FCO, são extremamente importantes, inclusive nós votamos, eu fui Relator do FNO, porque Mato Grosso também está, todo o Estado, na Amazônia Legal. Portanto, por estar na Amazônia Legal também temos algumas restrições ambientais e por isso reivindicamos, o Senador Roberto Rocha foi o autor do Projeto, fui o Relator, para também incluir todo Mato Grosso como Amazônia Legal no FNO. Daí o Banco da Amazônia, que não pode aplicar no Estado de Mato Grosso recursos do FNO, poderia ser inclusive um banco de desenvolvimento de toda a região amazônica, incluindo o Estado de Mato Grosso.

É mais um instrumento. Penso que, como colocado pelo Secretário, temos que buscar vários focos, mas eu acho que o maior foco, Secretário, é exatamente a força política que nós poderíamos somar à Bancada da Amazônia e do Centro-Oeste, principalmente no Senado. Se formos colocar esta região, representamos 54% do território nacional, mas a representação na Câmara é relativamente pequena. No Senado não, já temos uma representação bastante forte no equilíbrio das forças em Brasília.

Então, eu penso e gostaria de sugerir também ao Governo do Estado, aqui está nosso Secretário da Casa Civil, porque também o papel do Executivo é importante.

Aqui está o Secretário. Quem participa do CONFAZ é o Secretário. O Secretário pode ir lá e propor, discutir para que encontremos uma política fiscal que realmente beneficie, principalmente de forma mais, digamos, positiva, no sentido de produção e preservação, que é o caso, principalmente nós aqui do Estado de Mato Grosso, com toda essa condição de três ecossistemas: estamos na Amazônia, no Pantanal, que tem que ser preservado, e sobra essa parte do cerrado, que é a área em que temos a maior capacidade de produção.

Quero convidar o Deputado Eduardo Botelho, como Presidente da Assembleia Legislativa, e quero agradecer-lo por esta parceria, esse trabalho que estamos fazendo em conjunto, todos os prefeitos que aqui estão e Mato Grosso todo está nos assistindo por meio da TV Assembleia, o Brasil está nos assistindo por meio da TV Senado, Rádio Assembleia e todos os meios de comunicação, e penso que esse trabalho conjunto é fundamental exatamente porque as ideias e sugestões da base, que são os Vereadores, Prefeitos e a Assembleia Legislativa, que estão em contanto no dia a dia, podem nos ajudar, subsidiando a Bancada que tenhamos uma postura mais ativa ainda naquilo que é de interesse da população.

Quero, então, convidá-lo, logo após o Maurício Munhoz, um técnico também que inclusive ajudou no trabalho junto à AMM da elaboração da lei.

Só para que as pessoas possam ir se preparando, na sequência estão o Deputado Estadual Zeca Viana, o Prefeito Altir Peruzzo, o Deputado Nininho, o Getúlio Viana, o Deputado Estadual Dilmar Dal Bosco, o Getúlio de Paula, economista, o Deputado Pedro Satélite e o Fabrício Carvalho, Secretário de Articulação Institucional da UFMT.

Eu vi o Wiltinho aqui na plateia, Secretário do Município, eu não sei se ele estava aqui, eu penso que ele estava representando – também, não sei se foi citado – o Prefeito Emanuel Pinheiro, que, inclusive, ontem à noite, disse que mandaria um representante. Eu não sei se foi registrado, mas fica aqui o registro do Secretário Wiltinho representando o Prefeito Emanuel Pinheiro.

Com a palavra, o Deputado Eduardo Botelho.

O SR. EDUARDO BOTELHO - Bom dia a todos.

Quero iniciar parabenizando o Senador Wellington Fagundes por essa iniciativa; parabenizar também os Senadores José Medeiros e o Cidinho pelo apoio que estão dando à causa; os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Deputados Federais Nilson Leitão e Ezequiel Fonseca; os Deputados Estaduais presentes: Zeca Viana, Nininho, Dilmar Dal Bosco, Sebastião Rezende, Zé Domingos Fraga, Pedro Satélite, Deputada Janaina Riva e a todos os Prefeitos e interessados no assunto.

O Secretário Gustavo começou... Gustavo, você está falando a minha língua agora. Gostei de ver quando você falou: “52% não fazem parte dessa cadeia produtiva do Estado de Mato Grosso”. Se nós colocarmos a energia também, Gustavo, das produções, para quanto vai isso? Eu não sei. É muito o que nós não vamos receber de imposto deles, porque, como o Gustavo falou, “a energia é taxada no consumidor final”. Que não está aqui. Está no Sudeste, na Região Sul. E nós não recebemos nada de imposto deles.

Então, a situação, Senador Wellington Fagundes, é o seguinte: a falência financeira do Estado e dos Municípios é eminente. Vai acontecer em breve se não houver nada, se não fazer nada, porque cada dia o agronegócio expande mais, cada dia as exportações aumentam e cada dia diminui a renda, diminui o imposto pago pelo contribuinte para os Municípios. E o Poder Público municipal fica sem condição de fazer suas atividades, sem fazer uma saúde adequada, sem fazer... Investimentos nem se fala, os Municípios, coitados, não têm nada para investir. Quando se fala em investimento, é praticamente zero nos Municípios. Evidentemente, precisa fazer algo.

A questão das compensações antigas, como Nilson Leitão estava falando, nós nem estamos discutindo, estamos discutindo daqui para frente. O passado, veremos depois, se compensa com dívida, com alguma coisa. Agora, precisamos ver, não podemos continuar deixando de receber 4 bilhões e ficar recebendo 400 milhões como quer e quando quer pagar. Isso tem que ser revisto realmente. Não dá, o Estado não aguenta, não tem condições de continuar.

Esperamos que, com a firmeza dos Senadores e dos Deputados Federais – o Supremo deu um prazo para que seja discutido isso no Congresso –, até o final do ano nós tenhamos uma solução e que para os próximos anos possamos ter vida melhor para o Estado e para os Municípios. Não para o Estado e para o Município, mas para o povo, porque eles poderão prestar um serviço de melhor qualidade.

Eu vou encerrar, porque há muitos oradores, dizendo, Senador Wellington Fagundes, que, todas as vezes que for para discutir assunto de interesse do povo do Estado de Mato Grosso, a Assembleia Legislativa estará de portas abertas para essas parcerias com os Senadores e com os Deputados Federais. Estamos prontos para esse trabalho.

Encerro agradecendo e desejando a todos um bom dia. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Convido o Sr. Maurício Munhoz, que dispõe de cinco minutos.

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ - Bom dia a todos, ao Senador Wellington Fagundes, à Deputada Janaina Riva.

A AMM tem discutido isso mesmo há algum tempo, inclusive lançou aqui, não sei se os senhores conhecem este livro: *A Lei Kandir e o Enfraquecimento dos Municípios*. Este livro está entre os mais vendidos no *site Amazon*, e é adotado por algumas universidades do País, inclusive a Universidade de Bandeirantes, no curso de Economia, eu acho que é Economia ou Administração, adotou em um curso de graduação deles este livro, que foi produzido pela AMM.

Neurilan Fraga, rapidamente eu quero dizer aqui que quando o senhor me convidou para ajudar a elaborar com números esse estudo, apesar de ter sido convidado, eu não acreditava que daria certo, e ninguém acreditava, até porque a minha posição naquele momento foi de dizer assim: olha o setor produtivo é desonerado, deixa de recolher 5 bilhões, temos que fazer com que eles paguem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Esta era a minha opinião a princípio: fazer com que os produtores de soja, por exemplo, recolhessem, mas Neurilan Fraga contestou essa ideia e em aproximação com o Senador Wellington Fagundes produziram uma ideia que, eu acho, realmente pode ser genial, dando certo. E está dando certo, progrediu muito, porque você não vai fazer com que o produtor pague... O que pode afetar a competitividade deles e você está resgatando um direito, porque, quando nasceu a Lei Kandir, ela previa realmente a compensação, e o Secretário Gustavo lembrou que era quase 100% no começo. Verdade.

Eu estava conversando com o Prefeito Altir Peruzzo, de Juína, àquela época, nós trabalhávamos junto na Prefeitura de Juína, nós dois éramos Secretários, e nós lembrávamos que era outra economia no Estado. Não havia essa força da economia agroexportadora. Então, a compensação era pequena, mas era quase 100%. Era para ser assim até hoje.

O que eles estão fazendo... Eu estou aqui cumprimentando vocês pela ideia, essa junção entre Neurilan Fraga e o Senador Wellington Fagundes é realmente muito bem pensada nesse sentido. Você não compromete o setor, não abala a competitividade e faz que a União compense, já que o ICMS... A Constituição diz que é um imposto que compete aos Estados arrecadaram e legislarem sobre ele. Quando a União interferiu nesse processo, tirou o ICMS das mãos dos Estados e dos Municípios, ela teria que fazer compensação, e não fez.

Então, minha fala aqui tecnicamente já foi contemplada, todo mundo já falou das perdas, sem dúvida. Só queria lembrar o início do trabalho, até Vivaldo Lopes, que estava agora há pouco, também foi convidado, nós participamos juntos nesse trabalho técnico assessorando o Neurilan Fraga e o Senador Wellington Fagundes, e orgulhosamente eu vejo isso andar a passos muito largos. Agora acredito, Neurilan Fraga, que é um pouco de força política, inclusive o Estado deve se juntar a isso, porque todo mundo ganha nessa história.

Então, era só isso. Muito obrigado. Bom dia. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Gostaria de convidar o Deputado Estadual Zeca Viana.

O SR. ZECA VIANA – Sr. Presidente, bom dia a todos!

Eu quero aqui, em nome do Senador Wellington Fagundes, cumprimentar os Senadores que passaram por aqui; em nome do Deputado e Presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, quero cumprimentar todos os Deputados Estaduais presentes, Deputados Federais; em nome do Prefeito Getúlio Viana, quero cumprimentar todos os Prefeitos presentes, as Prefeitas, Vereadores, muito obrigado pela presença.

Senhoras e senhores, Senador Wellington Fagundes, um debate importantíssimo de iniciativa do nosso Presidente da AMM, Neurilan Fraga, e do nosso Deputado Zé Domingos Fraga, de provocar esta Audiência Pública. Por nós sermos um dos Estados que talvez tenha, sim, sofrido um decréscimo de arrecadação ou deixado de entrar no caixa do Estado certos recursos, porque é beneficiado por uma lei. Mas eu quero deixar bem claro aos prefeitos, que são os que mais penam por isso, que país nenhum do mundo exporta imposto e o Brasil não é diferente de outros países. O que nós temos em Mato Grosso é uma situação diferenciada. Nós estamos geograficamente numa posição não adequada... Não que não seja adequada, mas longe dos centros consumidores, longe dos portos, então, se não fosse essa lei, eu não tenho dúvida, Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Sebastião Rezende, Deputada Janaina Riva, que nós não seríamos o Estado que somos hoje.

Nós temos o exemplo que o próprio Senador Wellington Fagundes citou sobre o PROALMAT - Programa de Incentivo à Cultura do Algodão de Mato Grosso, na época do saudoso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Governador Dante de Oliveira. O Governo e a equipe econômica entenderam a importância da coisa e nós nos tornamos um dos primeiros produtores de algodão do País.

Nós viemos há vinte anos, Deputado Dilmar Dal Bosco... O Centro Oeste vem trazendo o equilíbrio da balança comercial do nosso País. Não é aceitável que a nossa Bancada Federal não tenha força para pressionar os gestores federais sobre a importância de devolver esses recursos para o Estado de Mato Grosso. Eu tenho uma preocupação muito grande dentro da Assembleia Legislativa. Nós quando debatemos reforço de caixa para o Estado, a Assembleia Legislativa fica dividida. Temos uma parte que defende o agro e a outra parte que acha ainda que o agro tem gordura para queimar.

Gente, nós estamos, hoje, com o preço que está a soja, entre o FUNRURAL e o FETHAB que estamos pagando, está batendo na casa, Deputada Janaina Riva, de 10% do custo do nosso produto. Como que nós vamos tirar mais gordura de uma situação dessas, que é inaceitável? (PALMAS) Então, gente, precisamos ter coerência com as coisas.

Senador Wellington Fagundes, essa lei de autoria de Vossa Excelência é uma lei que realmente vem ao encontro, ao desejo dos governantes do Estado e dos nossos prefeitos. Então, ela precisa ser aprovada para ontem, Senador. Ela já está tramitando no Senado por vários tempos, nós sabemos da dificuldade do trâmite legal, mas não é possível esperarmos mais. Se o nosso Estado está tendo essa dificuldade, nós precisamos aqui na Assembleia, Deputado Dilmar Dal Bosco, Deputado Nininho, que todos os colegas se unam em prol dessa questão de ir para Brasília. Vamos questionar com nossa bancada, vamos convocar a UNALE - União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais para fazer parte dessa demanda juntamente com a equipe, com as suas representatividade dos seus Estados lá no Congresso Nacional.

Sabemos que temos oito Deputados Federais contra setenta e pouco do Estado de São Paulo, a desigualdade é muito grande, mas precisamos ter essa pressão, sim.

Nós temos no Estado de Mato Grosso um FETHAB que é exclusivo para as estradas... O FETHAB que nós aprovamos recentemente para a criação de uma conta específica. Estamos vendo o caos da saúde, o Governo do Estado está surrupiando o dinheiro do FETHAB para gastar em outras coisas. Primeiro, falou-se que com duzentos milhões o FETHAB socorria a saúde. Eu pedi um plano para que a saúde tivesse uma programação duradoura, porque não adianta tratarmos o rombo hoje e amanhã abriremos novamente. E isso não foi apresentado.

Nós não suportamos mais pagar a carga tributária. Eu vi recentemente que só a soja, Deputado Zé Domingos Fraga, é responsável por 24% da arrecadação do ICMS do nosso Estado, só a soja. Mais de 50% do PIB do nosso Estado vem do agronegócio.

E agora quando se fala que o produtor precisa pagar mais... Gente, nós estamos usando aquela velha tática: para combater o carrapato, mata-se a vaca. É obvio, se matou a vaca, vai acabar o carrapato mesmo. Não é assim, o que nós precisamos é ter gestores que vão buscar com os Poderes, com a Assembleia Legislativa, soluções concretas e duradouras para o nosso caso.

Nós temos aqui uma coisa meio inusitada, o Secretário recentemente falou que nos 20 anos a nossa arrecadação vem... Há 20 anos, acho que a nossa arrecadação não tem esses números concretos, mas era em torno de dois bilhões de reais para uma população de mais ou menos dois milhões de habitantes.

Hoje, nós temos uma arrecadação de 20 bilhões para uma população de 3,3 milhões de habitantes.

A população cresceu 50% e a arrecadação aumentou dez vezes mais. E eu não sei onde a conta não está fechando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Temos uma LDO que veio para a Casa com uma renúncia fiscal de três bilhões e meio. A Renúncia Fiscal do ano passado era de dois bilhões, não é, Deputada Janaina Riva, se eu não me engano? Agora aumentou um bilhão e meio, em cima do que dessa renúncia fiscal, se não tem uma indústria que veio para o nosso Estado? Onde que está essa Renúncia Fiscal? Para que isso? Está dando para quem isso?

Nós soubemos, sim, da reforma do PRODEIC que precisava ser feita, mas soubemos também que temos *resort* que, até ontem, tinha PRODEIC; que temos britadeira que, até ontem, tinha PRODEIC; que temos lojas de vendas de móveis que tem PRODEIC, hoje.

Então, é injusto, gente! Não é o produtor que está deixando o coro, o suor lá nas suas fazendas, nas suas terras para pagar conta do Estado. Chega! Nós temos que ter gestão. E para isso, Senador Wellington Fagundes, nós contamos com o senhor lá no Senado, com a Bancada do Estado de Mato Grosso, para que realmente façamos jus ao que é direito do Estado de Mato Grosso. Agora, não vamos sacrificar o povo que leva este Estado nas costas.

Meu muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Quero convidar o Prefeito Altir Peruzzo, Prefeito Municipal de Juína. Nós gostaríamos de pedir um tempo de três minutos, até porque, como está sendo transmitido nacionalmente, e o tema nosso hoje realmente é a questão da Lei Kandir... Então, se pudermos nos ater a esse tema, sem repreender ninguém, claro, cada um tem o direito de falar, mas com a limitação do tempo.

O Sr. Zeca Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

Eu só queria fazer um comunicado aos prefeitos, que quem tiver o interesse, não sei se o momento... É oportuno, sim, porque está a maioria aqui, quem tiver o interesse de levar algum conjunto habitacional para o seu município, por favor, passe lá no gabinete, porque nós temos um *checklist* de documentos lá para um grande programa de habitação no nosso Estado.

O SR. ALTIR PERUZZO - Quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, em seu nome toda a mesa; cumprimento todos os prefeitos, prefeitas, todos os presentes, em nome do Presidente Neurilan Fraga.

E para me ater dentro dos três minutos e não ser repetitivo quero levantar aqui, Senador, outro aspecto que a Lei Kandir provoca de forma indireta, mas, basicamente, por conta da forma que a legislação federal estabelece para a repartição do ICMS do Estado, onde coloca que 75% do indicativo da distribuição do ICMS estão baseados no VA, no Valor Agregado. E aí o que nós temos? Quando há desoneração por conta da Lei Kandir temos a situação dos produtos primários exportados que, efetivamente, não recolhem por conta de tudo isso que já foi colocado dada a importância que isso tem para o País.

Eles não recolhem nesse momento para contribuir para a formação do bolo tributário que, posteriormente, é repartido entre o Estado e os municípios. No entanto, esse valor adicionado, esse valor agregado, é computado na hora de fazer a repartição em prol dos municípios onde são produzidos. Isso gera uma distorção enorme dentro do Estado, uma distorção enorme que num estado de riquezas como o nosso criamos enormes bolsões de pobreza.

Eu fiz questão, inclusive, de pegar alguns dados só dos primeiros quatro meses, do 1º quadrimestre do nosso Estado em alguns municípios. O importante é que esse terá que ser debatido, mais dia, menos dia, para criarmos uma situação de equilíbrio que não é uma situação só de Mato Grosso, mas de outros estados e de Mato Grosso é mais gritante ainda, que é o tema da forma de redistribuição do ICMS.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Para que se tenha uma ideia - e aqui é um tema melindroso, mas terá que ser debatido um dia -, por exemplo: se eu pegar um Município como Campos de Júlio... Eu vou pegar Campos de Júlio. Eu peguei os dados dos eleitores da última eleição, porque o nosso Censo, ainda, é de 2010. Campos de Júlio teve 3.995 eleitores. Nos primeiros quatro meses Campos de Júlio recebeu 6 milhões e 800 mil reais de retorno de ICMS. Sabem quanto Cáceres recebeu? Cáceres, com 60 mil eleitores - Campos de Júlio com 3.995 eleitores e Cáceres com 60 mil eleitores - recebeu 6 milhões e 500 mil reais ao longo dos primeiros quatro meses. Ou seja, um município com menos de 4 mil eleitores recebeu mais do que Cáceres que tem mais de 60 mil eleitores.

Se eu pegar, por exemplo, Sapezal, com um eleitorado de 13.900 eleitores e pegar Juína, que é o meu município, que teve 31.400 eleitores na última eleição: Sapezal recebeu 12 milhões e 700 mil reais de ICMS em quatro meses e nós recebemos 5 milhões e 500 mil reais em quatro meses. Essa desproporção, se pegarmos e analisarmos, nos leva a entender a situação que o nosso Estado vive de desigualdade que nós temos dentro das regiões. E quem é o prejudicado nessa situação? São as nossas regiões Noroeste: Juína, Colniza, Cotriguaçu; é a Baixada Cuiabana como um todo, a própria Cuiabá e Várzea Grande; é a região de Cáceres; é a parte do Araguaia onde não é possível praticar o plantio extensivo.

Além de toda situação da falta de recursos que temos em função de que o agronegócio não contribui pela Lei Kandir, também, tem essa distorção que ela é feita e que faz com que o Estado, dentro de suas dificuldades, ainda assim, acabe criando dentro de ilhas de riquezas outras ilhas de pobreza dentro do Estado, que, também, no seu devido tempo e no seu devido momento têm que ser revistas. O Estado tem que buscar soluções, agora, para este momento para além da compensação, se houver a compensação. Eu não acredito que ela virá. Temos que lutar para que ela venha, mas, também, temos que lutar para que haja mudanças, inclusive, nessa situação.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Queremos anunciar, agora, o Deputado Nininho.

O SR. NININHO – Meu bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o mentor desta Audiência Pública, Deputado Zé Domingos Fraga, e em seu nome e em nome do Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Botelho, pedir licença para cumprimentar os demais colegas Deputados Estaduais.

Cumprimentar os nossos Senadores, o anfitrião nosso Senador Wellington Fagundes, nosso Senador José Medeiros e o Senador Cidinho Santos; cumprimentar, também, todos os Deputados Federais que por aqui passaram.

Em nome do Neurilan Fraga, quero cumprimentar toda equipe que ajudou a elaborar esse projeto. O senhor que tem demonstrado a sua competência, a sua capacidade, em Brasília, de articular em prol e defesa dos municípios.

Quero parabenizá-lo e dizer que, com certeza, tem prestado um grande trabalho em prol dos municípios do nosso Estado.

Em nome do Prefeito de Campo Verde, Fábio, eu quero cumprimentar todos os prefeitos; em nome da Prefeita Rosana, quero cumprimentar todas as prefeitas aqui presentes; em nome do Rafael, Presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso - UCMAT, quero cumprimentar todos os vereadores presentes; cumprimentar o nosso Procurador Mauro Curvo; os nossos Conselheiros Antônio Joaquim, Presidente do Tribunal de Contas, e Luiz Henrique de Lima que vieram enriquecer este debate; cumprimentar o Secretário de Estado de Fazenda, Gustavo de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Oliveira; nosso Secretário-Chefe da Casa Civil, José Adolfo; enfim, cumprimento todos os demais que compõem a mesa.

Dizer aqui, Senador Wellington Fagundes, que, com certeza, Vossa Excelência com a Bancada Federal tem dado sempre total apoio, em Brasília, nas idas e vindas dos prefeitos, especialmente do nosso Líder Neurilan Fraga, Presidente da AMM, em defesa dos municípios.

Nada mais justo o debate dessa lei que num momento muito oportuno Vossa Excelência apresenta, no Senado, com o apoio dos Senadores do nosso Estado, com o apoio dos Deputados Federais. Com certeza, essa lei vem para salvar o nosso Estado neste momento de dificuldade. Não somente Mato Grosso, mas todos os estados que são, hoje, produtores de matéria-prima e que são prejudicados com a isenção dessa lei. Uma lei que já foi aqui colocada tem a parte positiva que o País precisa disso, mas precisa, também, compensar as perdas desses estados menos industrializados, a exemplo do nosso Estado de Mato Grosso.

Recentemente, criamos mais um FETHAB, mais um encargo para os nossos produtores, para o agronegócio. Mais uma vez, pagaram a conta. Esse FETHAB vai arrecadar 600, 700, 800 milhões de reais ao ano, sendo que estamos perdendo aqui, como já foi colocado, simplesmente com a isenção de exportação, mais de cinco bilhões de reais.

Então, eu acho que, talvez, não recuperamos todo essa perda, mas recuperar 50% já seria suficiente para equilibrar as finanças do nosso Estado e desonerar, tirar essa carga do lombo da classe produtora.

Aqui eu vejo, muitas vezes, que é colocado com muita simplicidade: “Tem que tirar do agronegócio. O agronegócio é forte. Os empresários do agronegócio estão todos estabilizados, estão todos numa situação muito privilegiada”.

Muitas vezes, os colegas que fazem esse discurso fácil não sabem quais são as consequências; qual é a situação lá na ponta desses empresários do agronegócio. Eles acham que porque o proprietário tem uma fazenda estruturada, um equipamento moderno, uma estrutura, tudo isso é porque ele está numa situação privilegiada. Não. É porque a tecnologia exige que ele se atualize, modernize seus equipamentos, porque, senão, ele sai do mercado.

Muitas vezes esses colegas não sabem e, talvez, teriam quer ir ao Banco do Brasil ver qual é a situação individual de cada produtor do nosso Estado. Tem que ir lá para saber se esse produtor, realmente, está com situação sólida ou isso tudo é porque tem um Banco por trás que está bancando isso. Nós não podemos mais querer jogar carga nas costas de quem não aguenta mais.

Eu acho que essa é a oportunidade, Senador Wellington, demais Senadores, Bancada Federal, de fazer com que o Governo Federal realmente olhe com bons olhos essa lei que está tramitando e venha dar uma compensação para que os municípios, realmente, tenham o mínimo de condições de fazer o básico em seus municípios.

Hoje os Prefeitos do nosso Estado são todos heróis, porque estão trabalhando com recurso resumido, com uma lei que tem que ser cumprida e muitas vezes o Prefeito não sabe como faz para poder cumprir esse teto, para poder cumprir essa lei que está aí afetando todos os municípios.

Então, quero parabenizar o nosso Senador, o nosso Deputado Zé Domingos Fraga, todos que estão imbuídos nessa missão que é de fazer com que o Governo Federal entenda e possa retribuir um pouco dessa perda que o nosso Estado está tendo com essa Lei Kandir. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Como nós vamos ter a abertura da Marcha dos Prefeitos, às 14h, no Centro de Eventos do Pantanal, e esse evento tem essa importância voltada também para os Prefeitos, o município é o mais prejudicado pelos programas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

criados pelo Governo Federal e o Prefeito está lá na ponta junto com o Vereador, enfim... Portanto, nós que somos municipalistas sempre defendemos, realmente, essa melhor distribuição do bolo tributário.

Nós temos que fazer aqui uma distribuição do tempo que nos resta. Acho que no máximo trinta minutos para concluir o nosso evento. Então, quero pedir três minutos para cada um.

Convido para fazer usos da palavra agora o Prefeito Getúlio Viana.

O SR. GETÚLIO VIANA – Bom dia a todos!

Deputados, Presidente da nossa Associação, mas, principalmente, Senador Wellington, por esta Lei que você está fazendo com que ela tenha espaço no...

Se lá atrás criaram a Lei Kandir, não especificaram um percentual de retorno? Foi aleatório? Nessa Lei nós vamos ter um percentual pelo menos para saber que quando exportarmos mais, vamos ter o retorno, o percentual. Se for 50%, se o Governo Federal achar que 50% volta, que seja 50%. Eu não sei se a Lei contempla um percentual, porque se devolver tudo é melhor. Mas será que vamos chegar a esse êxito?

Então é só essa pergunta que quero deixar para que, de repente, dentro dessa lei possa ter melhorado e negociar já o percentual, porque daí nós como município, como Estado, já sabemos quanto vem para nós, porque gastar nós sabemos, arrecadar é que não sabemos.

Obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Até que arrecadar os Prefeitos sabem, sim, tanto é que a arrecadação dos municípios tem crescido. Claro que, inclusive, alguns impostos, como o ITBI, o FUNRURAL e outros melhoraram a arrecadação dos municípios, só que tem a limitação.

O que estamos buscando aqui é aquilo que foi a previsão inicial da Lei Kandir, só que o Brasil aumentou a produção e o fundo de compensação das exportações não foi corrigido. Então, é por isso que tem um descasamento muito grande e o que estamos procurando fazer é exatamente buscar no nosso projeto que essa compensação seja de 100%, ou seja, tudo que é direito.

Nós estamos aqui, exatamente, para provocar uma discussão com o Governo e, como já falamos, até novembro, se o Congresso Nacional não fizer, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o Tribunal de Contas da União fará os cálculos. Mas, claro, se nós tivermos uma legislação, uma regulamentação feita pelo Congresso, mais solidez nós teremos.

Depois, se o nosso Consultor quiser abordar a pergunta do Prefeito, poderá fazê-lo se quiser vir aqui.

Convido o Deputado Pedro Satélite para fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO SATÉLITE – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes!

Cumprimento os Senadores Cidinho, José Medeiros e Wellington Fagundes; demais colegas, Deputados Federais presentes!

Parabéns por esta iniciativa, Deputado Zé Domingos Fraga!

Em nome da Prefeita Thelma de Oliveira, cumprimento todos os Prefeitos; em nome do Vereador Davi, do Município de Guarantã do Norte, cumprimento todos os Vereadores.

Ao adentrar neste Auditório, um repórter me perguntou: “Deputado, será que é o momento de discutir a Lei Kandir, fazer uma Audiência Pública agora diante da crise econômica e política que o País está atravessando neste momento, em Brasília?” Até estranhei e respondi: Essa crise econômica ou a política não foi nenhum Prefeito que está aqui e nem um Vereador que provocou essa crise política que se instalou no País, essa ladroeira que fizeram lá em Brasília. Essa foi a resposta que dei ao repórter.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Quero aqui ser bem objetivo, apenas dizer que a Lei Kandir é um direito que temos, estamos reivindicando e queremos que os nossos direitos sejam respeitados.

De nada adianta, Deputado Zé Domingos Fraga... Nós estaremos aprovando esta semana a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a LOA, logo em seguida, onde temos, senhores Prefeitos, é bom que os senhores saibam, uma previsão para o ano que vem de 2% e uma inflação de mais de 4%. Então, não vai ter dinheiro para melhorar a saúde, mal vai ter dinheiro para cumprir aquilo que é obrigação do Estado.

Se nós não tivermos esse recurso, que é de direito dos Estados, os Estados têm esse direito e Mato Grosso se inclui, só temos uma saída, Deputado Zeca Viana: aumentar mais impostos, ou a saúde vai ficar no caos que se encontra, não vai melhorar, porque sem dinheiro não se consegue fazer nada.

Eu queria apenas dar essa colaboração e mostrar a real situação que estamos vivendo no País e no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Agradeço aqui ao Deputado Pedro Satélite, inclusive o uso do tempo limitado.

Temos mais três inscritos apenas: o Sr. Getúlio de Paula, que é o primeiro inscrito; Deputado Dilmar Dal Bosco e Fabrício Carvalho, que é o Secretário de Articulação Institucional da UFMT.

Já está anunciado o Sr. Getúlio de Paula.

Peço a limitação do tempo para que possamos encerrar aqui, depois o almoço para que possamos fazer a abertura, e todos estão convidados, da Primeira Marcha dos Prefeitos de Mato Grosso, no Centro de Eventos.

O SR. GETÚLIO VARGAS – Eu vou falar rapidamente, porque o tempo é curto, mas a questão principal é a seguinte.

Quando fazemos economia, qual é a grande questão que discutimos? Os grandes setores da economia: a economia primária, a economia secundária e a economia terciária.

O que significa isso? Que em Mato Grosso, por exemplo, nós estamos numa economia primária. Estamos produzindo produtos para exportação e há um monte de questões.

Ou seja, temos que mudar o processo dessa economia, mudar esse patamar de economia. Mato Grosso precisa mudar todo esse processo. Nós precisamos criar uma nova economia.

E há uma questão, e tem um livro aqui que eu gostaria que alguém pudesse comprar e desse uma olhada, no qual o Reinaldo Gonçalves fala sobre a economia nacional.

O que acontece hoje? Qual é a economia que nós temos? O modelo de desenvolvimento que temos hoje é um modelo de privatização, é um modelo de regularização, vulnerabilidade externa estrutural e dominação do capital estrangeiro.

O que aconteceu? Qual é o resultado dessa economia? As transformações estruturais da economia nacional?

Nós tivemos deste a industrialização, subversão das importações, reprimarização da nossa economia, que é o caso de Mato Grosso, independência tecnológica, desnacionalização, perdas de competitividade externa, vulnerabilidade externa, concentração de capital e dominação financeira.

Então, tivemos uma série de resultados negativos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Uma das questões que colocamos é a seguinte: o faturamento geral da economia em Mato Grosso é de novecentos e noventa e cinco milhões; o ICMS bruto é de oitenta e cinco milhões de reais. Isso significa que o nível de desoneração da nossa economia foi de trinta e quatro milhões na Lei Kandir; incentivos fiscais 15%; renúncia bruta, 14%, ou seja, nós tivemos 64% de desonerações da economia.

O que aconteceu? Sobraram apenas 35% dos oitenta e cinco milhões do ICMS bruto.

Então, essa é a economia que temos atualmente.

Nós temos uma série de questões, mas não temos tempo.

Enfim, temos que mudar! Que mudanças são essas na nossa economia? Fazer uma industrialização séria em Mato Grosso. Só a industrialização que vai nos salvar. Não há outra solução.

Nós tivemos cinco períodos de industrialização no País, mas o grande momento de Mato Grosso será a indústria de alimentos.

Nós temos que trabalhar violentamente para produzir uma indústria de alimentos.

Enfim, eu acho que é o grande momento de Mato Grosso.

Vamos fazer uma grande industrialização, fora disso não temos solução. Se continuarmos fazendo a primarização da nossa economia, como temos atualmente, de exportação não vamos chegar a lugar nenhum.

Vocês me desculpem, pessoal, eu tive um AVC e estou falando meio esquisito.
Ok? (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Queremos anunciar agora o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão ou desta Audiência Pública, meu amigo, grande líder dentro do parlamento, por quem tenho um grande respeito, o Deputado Zé Domingos Fraga.

Cumprimento os Deputados que estiveram aqui, o Deputado Nininho, a Deputada Janaina Riva, o Deputado Valdir Barranco, o Deputado Pedro Satélite, que acabou de sair, o Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Eduardo Botelho, o Deputado Zeca Viana, bem como os Deputados Federais que também estiveram aqui, o Deputado Nilson Leitão, e o Prefeito Neurilan.

Parabéns, Neurilan, por esta grande Audiência!

Eu primeiro tenho que parabenizar realmente por trazer o debate, até porque, se o debate não vem, o Supremo define a vida de todos nós brasileiros, todos que dependemos realmente do FEX com pires, porque estamos até hoje pedindo, clamando ao Governo Federal, ou regulamentando o direito.

Minha preocupação é por nosso Estado ser totalmente primário. O Estado realmente precisa buscar mais mecanismo e auxílio para continuamos vivendo da nossa economia.

A nossa maior economia é o setor produtivo, para o qual hoje falta incentivo e o setor depende.

Foi bem falado aqui do PROAMAT - a Assembleia Legislativa recentemente aprovou -, ou temos o produtor de algodão dentro do Estado de Mato Grosso, ou repelimos, ou pedimos para fazer produção em outro Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Temos que incentivar para ter competitividade por não estarmos num grande centro.

Temos um grande debate, pelo momento que está passando, Senador Wellington, do milho. Temos uma produção com preço mínimo, baixo, e o produtor consegue hoje sobreviver de sua própria produção.

Então, em todos os momentos de discussão temos que ter seriedade e tranquilidade para saber...

Hoje o próprio produtor de feijão está perdendo competitividade para vender internamente dentro do Estado, sequer vender para outro Estado. Não tem essa condição de vender. Ou lhe damos condições para que ele possa fazer a venda dentro do Estado, dando incentivos a ele para que ele possa fazer sua produção e oficializar sua venda no mercado...

Então, o que falta para o Estado de Mato Grosso?

Somos totalmente primários. Não adianta sonhar com a vinda de uma indústria de automóvel porque não temos consumo, somos um Estado extensivo territorialmente, mas com pouca população.

Então, temos que vencer, cada dia mais, Prefeito Adalto, cada dia mais, essa grande guerra fiscal do País.

Estados vizinhos que estão praticamente quebrando todo o nosso setor atacadista dentro do Estado, Estados vizinhos que estão quebrando todo o nosso setor de informática do Estado e temos que trabalhar leis setoriais para que possamos garantir ao empreendedor que ele continue gerando emprego dentro do Estado de Mato Grosso.

Então, vejo que, de tudo o que discutimos, ainda temos que fazer a discussão talvez da diminuição ou aquecimento da nossa economia com seus incentivos, mantendo as cadeias.

O Estado, como ouvi agora há pouco o próprio Secretário de Fazenda comentando, é um Estado de transformação, um Estado de geração, um Estado que vende, praticamente, toda sua geração de energia elétrica lá na ponta, quer dizer, no consumo da energia elétrica, e nós não conseguimos ter esse retorno da carga tributária. Quer dizer, faz as usinas hidrelétricas, usam toda nossa riqueza natural e nós vendemos a outros Estados brasileiros, um sistema integrado, um sistema de transmissão, e não temos a arrecadação.

Aí uma briga que o Senador Medeiros está fazendo, quero pedir ao Senador Wellington Fagundes também... Porque nós temos dois fatores que têm essa briga: a questão do combustível, que nós exportamos e importamos, e a energia nós exportamos. Então temos que mesclar esses dois setores para que possamos agregar mais arrecadação ao nosso Estado de Mato Grosso, bem como aos Estados que geram também, como o próprio Estado do Pará.

Nós vemos três setores dentro da nossa economia: geração de energia, a energia elétrica, o ICMS da energia elétrica, o ICMS do combustível e o ICMS da telefonia. A telefonia cada dia mais... O País tem que ficar atento a isso, o Governo Federal tem que ficar atento, o Senado, a Câmara Federal, a Assembleia Legislativa. O que tem? Telefone fixo praticamente se acabou dentro do Brasil. O telefone móvel com as tecnologias que avançam cada vez mais... Vai cair a nossa arrecadação. De onde virá a arrecadação desses tributos que nós vamos deixar de arrecadar daqui a uns dias? Então é uma grande preocupação.

Eu vejo hoje o setor da pecuária, o Estado de Mato Grosso sai na frente, tenta abaixar a carga tributária para manter o setor da pecuária. Nós temos que fazer, todos os dias dentro da Assembleia Legislativa... O Governo do Estado está tentando buscar a sobrevivência de empreendedores. É um grande desafio. Eu tenho certeza absoluta que nós... Há quanto tempo a Lei

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Kandir está em vigência? Quanto tempo nós não somos regulamentados? Com uma medida provisória, o Governo Federal determina, a cada ano, o que ele fará com os Estados. O que ele vai propor? Então eu tenho certeza que com esse Projeto de Lei, juntos, todos os Deputados Federais e Senadores, conseguiremos com toda certeza agregar mais recursos ao nosso Estado.

Eu ouvi atentamente alguns falando da retroatividade. Esse é um outro assunto. Nós temos que vencer o primeiro para depois brigar pela retroatividade do direito, mas esse direito hoje, numa economia deixada pelo Governo anterior de 180 bilhões de *deficit* orçamentário no País. Como é que nós vamos brigar pela retroatividade? Temos que primeiro implementar uma lei agregando mais recursos por meio da Lei Kandir para que possamos ter garantias para o nosso Estado.

Recentemente, a Assembleia Legislativa... E com isso vai dar benefício também, às prefeituras municipais... Nós aprovamos uma PEC do Comércio Eletrônico. Todos os produtos oriundos de outros Estados brasileiros entravam no nosso Estado e nós não tínhamos nenhuma retribuição da carga tributária. Ficava 100% no Estado de destino e nós, da origem, não ficávamos com nada... Com isso, a partir do ano que vem, já vamos ter uma arrecadação de 40% do que vem de produtos oriundos de venda na *internet*, desse sistema que cada dia está... E a partir de 2019, 2020, nós vamos chegar a um percentual de 60%. Isso com toda certeza melhora a arrecadação do Estado e também das prefeituras.

Eu acredito, Senador, que outro assunto que pode ser abordado – vou dar essa dica a Vossa Excelência –, que está sendo debatido, é a questão da Reforma Tributária Brasileira. Eu acho que com isso nós vamos acabar com a grande guerra. É por isso muitas vezes que os Estados de centro, como é o Estado de Mato Grosso, perdem muito na sua competitividade, nós estamos deixando de arrecadar, mas nós não temos condições alguma de incentivar qualquer empreendedor para vir ser uma grande indústria, do agronegócio, do têxtil, no nosso Estado, porque nós não temos logística. Eu acredito que tirando essa guerra fiscal que outros Estados têm em detrimento do nosso Estado, perdendo a competitividade... Nós vamos agregar muito.

Eu quero aqui dar os parabéns a Vossa Excelência, que traz essa discussão para dentro da Assembleia Legislativa; ao Deputado Zé Domingos Fraga, que promove esta Audiência Pública; e ao Neurilan Fraga, que traz todos os Prefeitos municipais. Eu sou um Deputado municipalista e sei que é a ponta quem precisa.

Aqui na Assembleia Legislativa, no final de 2015, nós aprovamos um Projeto de Resolução – quatorze Assembleias Legislativas do Brasil aprovaram –, tornando uma PEC, com essa PEC poderá vir um retorno de 0,5% para cada Município durante 20 anos e mais 0,5% para os governos estaduais. Isso significa que nós vamos tirar uma fatia do Governo Federal, 20% do que nós pagamos de contribuição. Acredito que com essa PEC nós vamos também melhorar a arrecadação dos Municípios e dos Estados brasileiros.

Senador, eu quero agradecer mais uma vez. Muito obrigado por ter trazido esse debate para dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Coloco-me à disposição, eu sei que depende do Congresso, mas, no que depender de ideias e de proposições, que possamos melhorar e agregar essa discussão. Quem ganha é o povo mato-grossense, quem ganha é quem está sendo penalizado, a ponta é quem paga a conta. Eu tenho certeza que Vereadores e Prefeitos são quem sofrem por não terem a arrecadação adequada para manutenção.

No mais, quero agradecer. Muito obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Como último inscrito, convido Sr. Fabrício Carvalho, Secretário de Articulação Institucional da UFMT.

Enquanto ele chega à tribuna, eu quero mais uma vez agradecer o Presidente do Senado da República, Senador Eunício de Oliveira, que permitiu que nós fizéssemos esta Audiência Pública conjunta; e também ao Senador Tasso Jereissati, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República.

O SR. FABRÍCIO CARVALHO – Bom dia a todos.

Cumprimento, em primeiro lugar, o povo de Mato Grosso que nos assiste por meio da *TV Assembleia* e as pessoas que estão aqui; cumprimento a mesa, em nome do Senador Wellington Fagundes e do Prefeito Neurilan Fraga, nosso anfitrião nestes dois dias importantes.

Quero explicar a minha fala aqui. Estou a convite do Prefeito Neurilan Fraga. Como Secretário de Articulação da UFMT, amanhã, faremos uma fala para os Prefeitos e Prefeitas, Secretários, Vereadores no sentido de aproximar cada vez mais a Universidade Federal de Mato Grosso dos Municípios, que, no nosso entendimento, são os principais polos de desenvolvimento deste Estado. E, por consequência, aqueles que mais sofrem em detrimento de absurdos, como é o caso da Lei Kandir, no nosso entendimento.

O Senador Wellington Fagundes é um profundo entusiasta da UFMT, tem nos apoiado sempre e sabe do que estamos falando.

No nosso entendimento, senhoras e senhores... E aí eu deixo um apelo aqui, oxalá, um dia tenhamos uma chance de, ao irmos às Audiências Públicas de educação, de saúde, de ciência, de tecnologia, ter o comparecimento maciço que tivemos hoje, principalmente na primeira parte.

Todos esses assuntos são fundamentais para o interesse do Estado, todos os assuntos. E só teremos um Estado economicamente viável e socialmente referenciado quando tivermos essas pautas todas no mesmo nível de entendimento. Óbvio que interessa muito esse tipo de arrecadação. O que disse o Prefeito Neurilan Fraga diz muito respeito a isso. Nós precisamos melhorar a arrecadação, é por isso que essa discussão tem sido feita.

A proposta da Universidade é muito clara. Nós precisamos fazer... Nós chegamos nesse *boom* do agronegócio, nesse orgulho nacional de ser um dos maiores produtores de soja, de algodão, de carne muito em função dessa desoneração que acontece em função da Lei Kandir, que permitiu que os grandes exportadores fizessem essa grande pauta de exportação e de maneira muito clara se enriquecesse e também em função da pesquisa que elevou Mato Grosso a um Estado campeão de exportação. A pesquisa tecnológica nos fez, no início da década de 90, produzir 22 sacas por hectares, e hoje nós produzimos mais de 100 sacas. Isso é tecnologia aplicada, isso é pesquisa científica.

O nosso entendimento, senhores e senhoras, é muito claro. Por que não fazer uma pesquisa, associada ao trabalho que o Senado vem fazendo, de quantificar o quanto está valendo a Lei Kandir para Mato Grosso? Nós temos números muito díspares.

O número da Secretaria de Estado de Fazenda diz um e o número dos prefeitos e produtores são números completamente diferentes uns dos outros. “Ah! Mas o ICMS indireto gera e a produção de Mato Grosso compensa”, onde está escrito isso?

A nossa proposta é muito clara: é deixarmos de ficar no achismo e no processo de “eu entendo dessa forma, me interessa assim, me interessa assim...” e fazermos uma pesquisa: quem está exportando em Mato Grosso? Para quem está ficando o produto e a riqueza da exportação em Mato Grosso? É para o médio produtor, é para o pequeno produtor ou é para o grande produtor? Ou seria para as grandes exportadoras, as cinco grandes irmãs: *ADM, Bunge, Cargill, Amaggi* e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Dreyfus? Para quem está ficando essa riqueza da exportação? Agora, o prejuízo nós sabemos para quem está ficando: para os prefeitos e prefeitas do Estado de Mato Grosso que não têm dinheiro para a saúde, que não tem dinheiro para a educação. Esse modelo econômico de Mato Grosso está completamente equivocado, senão Mato Grosso não estaria quebrado como está hoje, com dificuldade para pagar salário.

Então, nos parece, para concluir, agradecendo a atenção de todos, que uma pesquisa científica para efetivamente, não em detrimento do Projeto do Senador Wellington Fagundes, que é muito importante para que a União ressarça aquilo que é de direito, que está escrito na lei... Mas quem se beneficia da Lei Kandir em Mato Grosso hoje? O povo de Mato Grosso ou alguns poucos eleitos? Essa é a nossa contribuição.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Partindo para o encerramento, eu gostaria mais uma vez de agradecer ao Presidente do Senado da República, Senador Eunício de Oliveira; ao Presidente da Assembleia Legislativa, em nome de toda a mesa e de todo o Parlamento, Deputado Eduardo Botelho; em nome da Associação Nacional dos Municípios, a presença do Vice-Presidente, Glademir Aroldi; Renata de Paula, Diretora a *TV Senado*; Sr^a Ângela Brandão, Diretora de Comunicação da *TV Senado*; Senador Tasso Jereissati, Presidente de Assuntos Econômicos do Senado, que aqui está nos representando; a Sr^a Talita Freitas; o Sr. José Alexandre Girão, que representa o Secretário da Comissão; a Sr^a Mariana Capelo, da *TV Senado*; o Sr. Antônio Tony Brown, *TV Senado*; a Sr^a Mara Fava, Chefe do Cerimonial da Assembleia Legislativa, bem como também a Chefe do Gabinete da AMM, Sr^a Andreia.

E eu quero, mais uma vez, salientar que coube ao Senador Flecha Ribeiro fazer a relatoria desse nosso projeto, e ele apresentou o relatório favorável, inclusive, havia outros projetos de outra natureza e ele englobou em nosso projeto e já fez o relatório favorável. Como eu disse, nós temos também uma Comissão Mista no Congresso Nacional e ao mesmo tempo a Comissão na Câmara dos Deputados. Mas, como a Comissão Mista tem uma tramitação mais rápida, nós já tivemos com os Deputados da Comissão Especial da Câmara e o nosso trabalho é trabalhar em conjunto, ou seja, o próprio Presidente da Comissão da Câmara dos Deputados deverá ser o Presidente da Comissão Mista e eu o Relator, então, tentaremos trabalhar em conjunto. Espero que até o mês de outubro tenhamos esse projeto aprovado para que o Congresso Nacional faça o seu papel, não esperando a determinação do Supremo deixar para que o Tribunal de Contas da União faça os cálculos.

Quero agradecer mais uma vez a parceira da Associação Mato-Grossense dos Municípios através do Presidente Neurilan Fraga e a toda sua diretoria, a todos os prefeitos que vieram, muitos não puderam nem estar neste auditório, estiveram no auditório ao lado, porque estava sendo transmitido lá, também, dado o espaço aqui, mas agradecemos.

Convido a todos para que às 14h estejam no Centro de Eventos do Pantanal para a abertura da primeira Marcha dos Prefeitos na bandeira do municipalismo, para que façamos com que o pacto federativo cada dia mais seja uma realidade. E pacto federativo representa uma distribuição mais adequada dos recursos que são arrecadados no Brasil. A Constituição Brasileira prevê que 21% de todo o bolo tributário deveria ficar com os municípios, até pouco tempo atrás ainda estava na casa de 14 e pouco, quase 15% para os municípios do Brasil. Conseguimos evoluir para 16%, hoje estamos com 17%. Então, ainda faltam aí 4%, um volume bastante considerável, visto que o Governo Federal, ao longo dos últimos anos, a cada dia cria novos programas de responsabilidade dos municípios. E cabe aos municípios atenderem a população no dia a dia, como o Programa de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

Saúde da Família, alimentação escolar, transporte escolar e tantos outros, além da conservação e manutenção das estradas vicinais, que em Mato Grosso, enquanto nós temos quatro mil e poucos quilômetros de estradas federais, as estradas vicinais me parece que são vinte e poucos mil quilômetros.

É muita obrigação para os municípios. O Prefeito Neurilan Fraga, inclusive, vai usar a palavra em nome de todos os prefeitos para fazer a finalização. E eu quero agradecer toda a imprensa também, tanto da Assembleia Legislativa, em nome do Wanderlei, como também da imprensa toda de Mato Grosso, que aqui está em nome da nossa companheira, Sônia Fiori, que está presente, e todos os órgãos de comunicação do Estado de Mato Grosso, já que essa transmissão está sendo feita ao vivo pela *TV Senado*, pela *TV Assembleia*, pela rádio, e também pelas mídias sociais, tanto do Senado, como também da Assembleia Legislativa e, claro, todos os órgãos de comunicação do Estado de Mato Grosso.

Eu agradeço, vou passar ao Prefeito Neurilan Fraga para fazer suas considerações finais e depois chamaremos então o Hino do Estado de Mato Grosso para fazermos o encerramento.

O SR. NEURILAN FRAGA - Senador Wellington Fagundes, só a título de contribuição, o Estado de Mato Grosso tem 37 mil quilômetros de estradas não pavimentadas. Os municípios têm aproximadamente 150 mil quilômetros de estradas não pavimentadas e nós temos que fazer essa manutenção, porque é nessas estradas que estão a maior parte das lavouras, da soja, do algodão, da criação de boi. Não é fácil fazer essa manutenção.

Eu quero, para encerrar a minha participação, agradecer o Senado Federal na pessoa do Presidente Senador Eunício Oliveira; quero agradecer de forma muito especial a sua presença e, também, por ter levantado essa bandeira, que é a bandeira do municipalismo do Estado de Mato Grosso e do Brasil, que é fazer com que essa compensação das desonerações, por conta das exportações, seja feita de forma mais justa, daquilo que deixamos de arrecadar, mesmo que seja de forma gradual, num período de três, quatro anos, para poder se fazer essa compensação integral.

Quero agradecer, de forma também especial, o Presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, e o Deputado Zé Domingos Fraga, que atendendo o nosso pedido... Nós fizemos todo um processo de discussão com ele sobre a mudança da Lei Kandir... E de também estar realizando esta Audiência Pública como programação da Marcha dos Prefeitos e Vereadores a Cuiabá.

Agradecer de forma honrosa a presença do Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Glademir Aroldi, e do Presidente da Associação Estadual dos Municípios do Estado de Rondônia, Jurandir. A Confederação Nacional dos Municípios, por meio do Conselho Político que nós fazemos parte, colocou na pauta do municipalismo brasileiro a questão da mudança na Lei Kandir com relação à compensação dos estados e dos municípios exportadores da produção primária.

Finalmente, agradecer todos os prefeitos e vereadores que estiveram neste ambiente e no outro ambiente ao lado, que vieram para a marcha, que vieram para esta programação, hoje, pela manhã, na Assembleia Legislativa. Muitos viajaram 1.300 quilômetros. Estou vendo aqui, ainda, resistindo ao tempo, o Prefeito Castelo, de São José do Xingu; o Prefeito Adão, de Novo Santo Antônio; a Prefeita Janailza, de São Félix do Araguaia, a 1.300, 1.400 quilômetros de distância de Cuiabá. Estou vendo o Prefeito de Gaúcha do Norte; o Zema, de Nortelândia; o Rodon, de Novo São Joaquim; Garrincha, de Jangada; Valter, de Terra Nova; Moisés, de Juscimeira; meu amigo Joabe, de Santo Afonso. Enfim, municípios distantes de Cuiabá que vieram para cá e estão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96), REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

presentes, porque sabem da importância que é o municipalismo brasileiro e, de forma especial, o municipalismo de Mato Grosso.

Estamos trabalhando muito com os atuais gestores para mostrar à comunidade, à sociedade mato-grossense que os municípios são importantes no processo político, no processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental de Mato Grosso; que os prefeitos, de fato, têm um papel de extrema importância, porque são eles que fazem as políticas públicas que vão atender a população dos municípios de Mato Grosso. Por conta disso temos que despertar a consciência de que tudo passa pelos municípios.

Como eu já falei com Vossa Excelência em outra oportunidade, a força vem dos municípios. Este será daqui para sempre o nosso lema: a força vem dos municípios.

Quero agradecer, finalmente, a imprensa que tem dado total cobertura ao evento. Há uns quinze dias ela vem divulgando a nossa 1ª Marcha.

Agradecer, mais uma vez, a sua presença, Deputado Wellington Fagundes, a condução dos trabalhos e a parceria que temos em todos os temas que discutimos no Congresso Nacional com o Governo Federal que beneficiem diretamente os municípios mato-grossenses e do Brasil. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Mais uma vez, agradeço a presença de todos.

Teremos, agora, às 14h, no Centro de Eventos Pantanal, a abertura da 1ª Marcha. Portanto, temos 1h15min de intervalo para o almoço. Todos estão convidados. Não tem o almoço oficial. Então, cada um vai ter que ir ao restaurante que desejar ou em casa e, rapidamente, chegar ao Centro de Eventos Pantanal.

Ante de encerrar esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e, também, do Senado da República, agradeço a presença de todos e convido os presentes para em posição de respeito cantar o Hino do Estado de Mato Grosso.

(O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) - Está encerrada esta Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE A
IMPORTÂNCIA DAS ALTERAÇÕES NA LEI KANDIR (LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96),
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2017, ÀS 09H.

- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.